MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERALRAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Procuradora-Geral da RepúblicaLUCIANO MARIZ MAIA
Vice-Procurador-Geral da RepúblicaHUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS
Vice-Procurador-Geral EleitoralALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS
Secretário-Geral**DIÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ELETRÔNICO**SAF/SUL QUADRA 04 LOTE 03
CEP: 70050-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3105-5100
<http://www.pgr.mpf.mp.br>**SUMÁRIO**

	Página
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.....	1
Conselho Superior.....	1
Corregedoria do MPF.....	2
2ª Câmara de Coordenação e Revisão.....	3
Procuradoria da República no Estado do Amazonas.....	3
Procuradoria da República no Estado da Bahia.....	4
Procuradoria da República no Distrito Federal.....	5
Procuradoria da República no Estado de Goiás.....	5
Procuradoria da República no Estado do Maranhão.....	6
Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso.....	8
Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul.....	45
Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.....	47
Procuradoria da República no Estado do Paraná.....	48
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.....	50
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.....	53
Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte.....	55
Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.....	56
Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.....	57
Procuradoria da República no Estado de São Paulo.....	58
Procuradoria da República no Estado de Sergipe.....	62
Procuradoria da República no Estado do Tocantins.....	63
Expediente.....	63

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 15, DE 29 DE AGOSTO DE 2019

A PROCURADORA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições decorrentes do art. 11 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, relacionadas à defesa dos direitos constitucionais do cidadão, e Considerando o Ofício nº 150/2019/GABPCR/PPR1ª, de 27/08/2019 (PRR1ª-00028365/2019), do NAOP/PFDC/PPR 1ª Região, resolve:

1º) Renovar a composição do Núcleo de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão na Procuradoria Regional da República da 1ª Região (NAOP-PFDC-PPR/1ª Região) – Portaria nº 32/2018-PFDC/MPF, publicada no DMPF-e-Extrajudicial de 03/12/2018, pág. 1, da seguinte forma:

Membros titulares

Felício de Araújo Pontes Júnior

Leonardo Cardoso de Freitas

Ronaldo Pinheiro de Queiroz

Membro suplente

Francisco de Assis Marinho Filho

2º) O mandato dos integrantes terá validade de 2 anos a partir da data da publicação.

3º) Publique-se.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

CONSELHO SUPERIOR

SESSÃO: 32 DATA: 23/08/2019 17:55:17 PERÍODO: 19/08/2019 A 23/08/2019

RELATÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA PARA FINS DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Processo: 1.00.000.016168/2019-08 - Eletrônico

Assunto: CSMPF-ANÁLISES DIVERSAS

Origem: PGR

Relator: Assento/CSMPF nº 08(ALCIDES MARTINS)

Data: 19/08/2019

Interessados: PR-PE - PROCURADORIA DA REPÚBLICA – PERNAMBUCO

Processo: 1.00.001.000187/2019-02 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-AFASTAMENTO DE MEMBROS
Origem: PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 01(NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO)
Data: 20/08/2019
Interessados: ASSOCIACAO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPUBLICA

Processo: 1.00.001.000188/2019-49 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-ANÁLISES DIVERSAS
Origem: PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 02(MARIA CAETANA CINTRA SANTOS)
Data: 20/08/2019
Interessados: JOSE MARIO DO CARMO PINTO

Processo: 1.00.001.000189/2019-93 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-AFASTAMENTO DE MEMBROS
Origem: PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 01(NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO)
Data: 21/08/2019
Interessados: ANDRE BUENO DA SILVEIRA

Processo: 1.00.001.000190/2019-18 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-REPARTIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES
Origem: PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 08(ALCIDES MARTINS)
Data: 21/08/2019
Interessados: PRM-ARACATUBA - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARACATUBA-SP

Processo: 1.00.001.000191/2019-62 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-AFASTAMENTO DE MEMBROS
Origem: PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 05(LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN)
Data: 22/08/2019
Interessados: HENRIQUE GENTIL OLIVEIRA

Processo: 1.00.001.000192/2019-15 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-ANÁLISES DIVERSAS
Origem: PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 03(JOSE ELAERES MARQUES TEIXEIRA)
Data: 22/08/2019
Interessados: MARILIA SIQUEIRA DA COSTA

Processo: 1.00.001.000193/2019-51 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-ATUAÇÃO DE MEMBROS
Origem: PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 02(MARIA CAETANA CINTRA SANTOS)
Data: 22/08/2019
Interessados: PRM-FRANCA/GABPRM1-GKA - GUSTAVO KENNER ALCANTARA

Processo: 1.00.000.017835/2019-61 - Eletrônico
Assunto: CSMPF-ATUAÇÃO DE MEMBROS
Origem: PGR
Relator: Assento/CSMPF nº 08(ALCIDES MARTINS)
Data: 23/08/2019
Interessados: PRR3ª REGIÃO - PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Presidente do CSMPF

CORREGEDORIA DO MPF

PORTARIA Nº 56, DE 29 DE AGOSTO DE 2019

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos de Comissão.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, em atenção à solicitação contida no Ofício nº 2326/2019-UDC/MPF-2ª REGIÃO, do Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo, Maurício da Rocha Ribeiro.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a contar desta data, o prazo concedido à Comissão de Inquérito Administrativo CMPF nº 1.00.002.000083/2019-80, constituída pela PORTARIA CMPF Nº 43, de 10 de julho de 2019, para a conclusão dos trabalhos.

OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA

2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 9, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Designar o Procurador da República GUILHERME GUEDES RAPOSO para integrar o Grupo de Apoio ao Combate aos Crimes Cibernéticos da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

A 2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no artigo 62, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Designar o Procurador da República GUILHERME GUEDES RAPOSO para integrar o Grupo de Apoio ao Combate aos Crimes Cibernéticos da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

Art. 2º. O Grupo de Apoio ao Combate aos Crimes Cibernéticos passa a contar com a seguinte composição:

Adriano Barros Fernandes – PRM-Paranaguá/PR

Anamara Osório Silva – PR/SP

Fernanda Teixeira Souza Domingos – PR-SP

Gabriela Rodrigues Figueiredo Pereira – PR-RJ

George Neves Lodder – PR-TO

Guilherme Guedes Raposo – PRM-Luziânia/GO

Jaqueline Ana Buffon – PR-RS

Neide Mara Cavalcanti Cardoso De Oliveira – PRR2ª REGIÃO

Priscila Costa Schreiner Röder – PR-SP

Rodrigo Leite Prado – PR-MG

Tiago Misael de Jesus Martins – PRM-Patos/PB

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora da 2ª CCR

PORTARIA Nº 64, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por sua representante que esta subscreve, no cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais e:

CONSIDERANDO os termos do art. 9º, da Resolução nº 174, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, no exercício das atribuições que lhes são conferidas no artigo 62, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

RESOLVE

a) Determinar que a Assessoria de Coordenação deste Colegiado adote as seguintes providências:

a.1) Autue-se a documentação como Procedimento Administrativo eletrônico para acompanhamento das PLs 5065/2016 e 272/2016 em tramitação na Câmara;

a.2) Registre-se a presente portaria no Sistema Único com posterior publicação;

a.3) Após a devida autuação, determino o acompanhamento e a juntada de documentação pertinente ao referido Procedimento Administrativo.

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora da 2ª CCR

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 71, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República signatária, e com fundamento nos arts. 129, II e III, da CF e arts. 5º, III, d; 6º, VII, e 7º, I, da LC nº 75/93, e nos termos do art. 9º da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público; CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, caput, CF);

CONSIDERANDO que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, da probidade administrativa e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III);

CONSIDERANDO o teor do despacho PR-AM-00044217/2019, que determinou a instauração de procedimento de acompanhamento; RESOLVE, com base no artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93 e no exercício de suas funções institucionais, instaurar, por meio da presente portaria, diante do que preceitua o artigo 9º da Resolução nº 174, de 4 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO tendo por objeto acompanhar as políticas desenvolvida pela SUFRAMA, para regularização fundiária do imóvel rural federal em que está localizada a Comunidade Rio Branquinho, no Município de Presidente Figueiredo/AM.

Como consequência da instauração, e para assegurar a devida publicidade, regularidade e continuidade da instrução, DETERMINO: I - Autue-se na categoria de Procedimento Administrativo, mantendo-se a distribuição do feito vinculada a este ofício, tendo em vista a prevenção na atuação sobre o caso em análise;

II - Proceda-se à devida classificação do presente procedimento, vinculando-se-o à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

III - Após, que sejam cumpridas as diligências determinadas no despacho que antecede essa portaria.

MICHÈLE DIZ Y GIL CORBI
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 8, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício da titularidade do 14º Ofício - Tutela Coletiva - 14º OTC da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos autos da Notícia de Fato n.º 1.14.000.001615/2019-21, e

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento das obras realizadas no município de Itaparica/BA com recursos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), que visa assegurar o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 01/2019, elaborada pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional Proinfância (GT – PROINFÂNCIA), constituído por representantes do Ministério Público Federal – MPF (1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão), a qual estabelece diretrizes e ações, a fim de garantir a consecução dos objetivos do Proinfância, em relação a obras supostamente concluídas, em execução, em contratação, paralisadas, inacabadas, em planejamento, em reformulação e canceladas do Estado da Bahia;

CONSIDERANDO as informações do Município de Itaparica sobre a obra referente ao Termo/Convênio nº 6320/2013, que se encontra em fase de licitação, e a obra referente ao Termo/Convênio nº 830453/2007, que está pendente de autorização para continuidade pelo FNDE; as informações do FNDE sobre a pendência de análise da prestação de contas acerca do Termo/Convênio nº 19637/2014 e a pendência de devolução de remanescente de recursos do Termo/Convênio nº 7181/2013; e as informações da Secretaria de Educação do Estado da Bahia acerca do cancelamento da obra objeto do Termo/Convênio nº 7418/2015 no município em questão;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da Constituição da República), resolve:

Converter a presente notícia de fato em inquérito civil, visando acompanhar, conforme diretrizes da Nota Técnica nº 01/2019 do GT PROINFÂNCIA do MPF, as obras de escolas públicas concluídas, em execução, em contratação, paralisadas, inacabadas, em planejamento, em reformulação e canceladas no Município de Itaparica/BA correspondentes aos Termos/Convênios nº 6320/2013; nº 830453/2007; nº 19637/2014; e nº 7181/2013; e nº 7418/2015.

Em seguida, oficie-se ao FNDE, com cópia do Ofício nº 143/2019/PROCURADORIA/ITAPARICA-BA (e documento "complementar - OFICIO AO FNDE CRECHE.PDF"), requisitando que preste informações atualizadas sobre o pedido formulado pelo Município de Itaparica para continuidade da obra objeto do Termo/Convênio nº 830453/2007, bem como que esclareça, à luz do teor do Ofício nº 103/2016-SEC/GAB/NCAA (o qual deverá ser enviado em anexo), se o cancelamento da obra referida pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, por motivos de conveniência administrativa, traz algum reflexo no volume de recursos repassados por meio do Termo/Convênio nº 7418/2015, tendo em vista que tal obra tem como status no SIMEC "planejamento pelo proponente".

Conforme o artigo 8º, § 5º, da Lei Complementar n.º 75/1993, o prazo para atendimento à requisição é de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do expediente.

Com a resposta ou o decurso de 60 (sessenta) dias, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

EDGARD DE ALMEIDA CASTANHEIRA
Procurador da República

EDITAL Nº 1, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA. Projeto MPEDUC - Canudos/BA - 2ª Audiência Pública – Finalização. Inquérito Civil n.º 1.14.006.000203/2014-17

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, pelo Procurador da República Leandro Bastos Nunes e pelo Promotor de Justiça Ernesto Cabral de Medeiros (Em substituição na Comarca de Uauá/Canudos), no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, no âmbito do Inquérito Civil nº 1.14.000.000203/2014-17, instaurado visando a implementação do projeto MPEDUC - Projeto Ministério Público pela Educação (escola com participação) - no município de Canudos/BA, convocam Audiência Pública a realizar-se no dia

12/09/2019, às 10h, na quadra poliesportiva (coberta) do Colégio Modelo Maria José de Souza Alves, Avenida Kerto Bezerra, Bairro Califórnia, Canudos/BA.

O objetivo da audiência é informar a sociedade sobre os trabalhos desenvolvidos, bem como sobre as providências adotadas e não adotadas pelos gestores, para que prestem contas sobre o que fizeram, estão fazendo e ainda pretendem fazer como cumprimento do TAC pela educação no Município de Canudos, bem como ouvir a comunidade escolar e a população em geral.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi firmado em 16 de dezembro de 2015, pelo MUNICÍPIO DE CANUDOS/BA perante o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, como medida de efetivação de mais uma etapa do Projeto “Ministério Público pela Educação – MPEDUC” naquele município, se comprometendo a adotar medidas efetivas para assegurar educação de qualidade aos alunos e alunas da rede pública, abordando os oito aspectos do Projeto MPEDUC: estrutura física, pedagógico, inclusão, alimentação escolar, transporte escolar, programas do governo federal e funcionamento dos dois principais conselhos sociais que atuam na análise de prestação de contas de verbas direcionadas para a educação.

A agenda da audiência pública será a seguinte:

I – Abertura Oficial às 10 horas, na data e local referidos, sob a coordenação do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado da Bahia.

Os trabalhos observarão a cronologia a seguir:

a. Abertura dos trabalhos: 30 minutos;

b. Manifestação das secretarias municipais, gestor municipal e secretaria estadual de educação para prestar contas do que realizaram para cumprir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pelo MUNICÍPIO DE CANUDOS/BA perante o MPF e o MPBA: 15 minutos para cada;

c. Manifestação da comunidade escolar (alunos/alunas, pais/mães ou responsáveis, professores/professoras), da Presidente da Comissão de Apoio ao MPEDUC e demais cidadãos e cidadãs: 45min; o tempo de cada fala será obtido, na ocasião, após a verificação do número de inscrições e deliberação conjunta entre os presentes, visando divisão equilibrada;

d. Encerramento dos trabalhos com a avaliação geral das contribuições obtidas na audiência pública e encaminhamentos finais: 30 minutos.

II – Os períodos acima estabelecidos poderão ser adequados, durante o evento, de acordo com a dinâmica dos debates envolvidos no decorrer da audiência pública, cujo horário de término está previsto para as 12h30 (meio-dia e meia).

III – A presença na audiência pública será garantida mediante comparecimento e por ordem de chegada, de acordo com a capacidade física do local;

IV – O espaço para manifestação dos presentes ocorrerá conforme a cronologia dos trabalhos estabelecida no presente edital;

V – A audiência pública será gravada em áudio e/ou vídeo e será lavrada, em até 30 (trinta) dias após sua realização, ata sucinta dos trabalhos, nos termos da Resolução 159/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

VI – Divulgue-se na forma do artigo 3º., da Resolução nº. 159, de 14 de fevereiro de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

LEANDRO BASTOS NUNES
Procurador da República

ERNESTO CABRAL DE MEDEIROS
Promotor de Justiça

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 269, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo art. 129, incisos III e VI, da Constituição da República, arts. 6º, inciso VII, alínea b, 7º, inciso I, e 8º, inciso II, e §§ 2º e 3º, todos da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO o teor dos autos do Procedimento sob o n.º 1.16.000.002943/2018-99, instaurado após recebimento do Ofício n.º 39749/2018/COSIS/CGTI/DAF/DNIT SEDE-DNIT, para ciência da existência do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades (PAAR), n.º 50600.015235/2018-42, para apuração das infrações praticadas por contratados e licitantes contra o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.;

CONSIDERANDO que as questões versadas nos autos ainda demandam diligências para a formação do convencimento ministerial acerca das medidas a serem eventualmente adotadas, não cabendo, por outro lado, o arquivamento do procedimento;

DETERMINA:

1. a conversão do presente procedimento em Inquérito Civil;

2. a publicação desta Portaria, como de praxe;

3. a verificação do decurso do prazo de 1 ano.

Publique-se e registre-se.

ANNA CAROLINA RESENDE MAIA GARCIA
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 195, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 77 e 79, caput e seu parágrafo único, da Lei Complementar n.º 75/1993; de acordo com o disposto na Portaria PGR/MPF n.º 1021/2017 e conforme indicações encaminhadas por meio do Ofício n. 96/2019 – DG, de 22 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, os Promotores de Justiça abaixo relacionados para exercerem, a contar da respectiva data, a função do Ministério Público Eleitoral, junto ao respectivo Juízo.

ZONA	COMARCA	PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA	CONDIÇÃO	EXERCÍCIO	SUBSTITUTO (A)
1ª	Goiânia	Heliana Godói de Sousa Abrão	Indicada	De 17 a 26/7/2019	
11ª	Formosa		Substituto	A partir de 3/6/2019	Douglas Roberto Ribeiro de Magalhães Chegury
13ª	Inhumas	Carlos Alberto Fonseca	Indicado	De 1º a 20/7/2019	
13ª	Inhumas	Mário Henrique Cardoso Caixeta	Indicado	De 21/7 a 2/8/2019	
14ª	Ipameri	Simone Sócrates de Bastos	Natural	A partir de 5/8/2019	
21ª	Mineiros	Henrique Golin	Indicado	De 22 a 24/7/2019	
25ª	Piracanjuba	Vinícius Marçal Vieira	Indicado	Dia 19/8/2019	
25ª	Piracanjuba	Vinícius Marçal Vieira	Indicado	De 26 a 30/8/2019	
28ª	Águas Lindas de Goiás	Lorena Mendes	Indicada	De 30/7 a 3/8/2019	
31ª	Silvânia		Substituto	A partir de 5/8/2019	Rafaello Boschi Isaac
32ª	Bela Vista de Goiás	Glauber Rocha Soares	Indicado	A partir de 20/8/2019	
36ª	Cristalina	Ramiro Carpenedo Martins Netto	Natural	A partir de 1º/8/2019	Fernando Martins Cesconetto
41ª	Niquelândia	Alessandra Silva Caldas Gonçalves	Indicada	De 19 a 23/8/2019	
43ª	Paraúna	Manuela Botelho Portugal	Indicada	De 4 a 9/8/2019	
47ª	São Domingos	Asdear Salinas Macias	Indicado	Dia 16/8/2019	
47ª	São Domingos	Frederico Ramos Machado	Indicado	A partir de 20/8/2019	
57ª	Itaçu	José Antônio Corrêa Trevisan	Indicado	De 1º a 3/8/2019	
66ª	Santa Helena de Goiás	Anna Edesa Ballatore Holland Lins Boabaid	Natural	A partir de 20/8/2019	
76ª	Rubiataba		Substituta	A partir de 3/6/2019	Grazielly dos Santos Rodrigues Barros
88ª	Mara Rosa	Antonella da Cunha Paladino	Natural	A partir de 20/8/2019	Nádia Maria Saab
94ª	São Miguel do Araguaia		Substituto	A partir de 2/8/2019	Augusto Henrique Moreno Alves
99ª	Cavalcante	Nathália Botelho Portugal	Indicada	De 1º a 8/8/2019	
110ª	Mozarlândia	Danilo Guimarães Lima	Natural	A partir de 20/8/2019	Wanessa de Andrade Orlando
123ª	Alvorada do Norte	Frederico Ramos Machado	Indicado	De 29/7 a 2/8/2019	
123ª	Alvorada do Norte	Diego Campos Salgado Braga	Indicado	Dia 13/8/2019	
128ª	Acreúna	Manuela Botelho Portugal	Indicada	A partir de 20/8/2019	Maria Cecília de Jesus Ferreira
133ª	Goiânia	Maurício José Nardini	Indicado	Dia 1º/8/2019	
143ª	Alto Paraíso	Lucrécia Cristina Guimarães Rossi	Indicada	De 31/7 a 2/8/2019	

Art. 2º - Revogar outras disposições em contrário.

ALEXANDRE MOREIRA TAVARES DOS SANTOS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 20, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº. 75, de 20 de maio de 1993:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127, caput);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CF, art. 129, caput, II); bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, caput, III);

CONSIDERANDO que compete à Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como atentar que (i) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (ii) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento (CF, art. 37, caput, I e V);

CONSIDERANDO o entendimento consolidado no âmbito do Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais Superiores de que os Conselhos Regionais se submetem à norma do art. 37, caput, II da Constituição Federal, em razão de sua natureza autárquica, estando sujeita a obrigatoriedade de realizar concurso público, prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, dentre outras;

CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que a criação de cargos em comissão pressupõe (i) que os cargos se destinem ao exercício de funções de direção, chefia ou assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais; (ii) necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado; (iii) que o número de cargos comissionados criados guarde proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os institui; (iv) que as atribuições dos cargos em comissão estejam descritas de forma clara e objetiva na própria lei que os cria (RE nº. 1041210);

CONSIDERANDO a jurisprudência do Tribunal de Contas da União que determina a imprescindibilidade da gestão administrativa dos conselhos regionais de fiscalização estabelecer a implementação de um instrumento normativo contemplando as regras gerais de regulamento de pessoal, as quais sistematizem as nomenclaturas, quantitativos, os requisitos para contratação e as atribuições tanto dos cargos de carreira, dos cargos de livre provimento, assim como das funções de confiança (Acórdão 11862/2018, 1ª Câmara);

CONSIDERANDO que, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, os conselhos regionais de fiscalização devem organizar seu quadro de pessoal adequando-se ao disposto no art. 37, caput, V da Constituição Federal, de modo que as funções de confiança sejam exclusivamente ocupadas por empregados do quadro efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por empregados do quadro efetivo nas condições e limites mínimos a serem fixados por instruções dos conselhos federais, sejam destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo ser adotados como referencial os parâmetros fixados no art. 14 da Lei nº. 8.460/92 (Acórdão 341/2004, Plenário);

CONSIDERANDO que o Conselho Federal de Enfermagem - Cofen interveio na administração do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão - Coren/MA a fim de restabelecer suas finalidades institucionais, dentre elas, a elaboração de um plano de cargos e salários para seus servidores (Decisão COFEN nº. 22/2019);

CONSIDERANDO que a Decisão COREN nº. 37/2019 instituiu como cargos em comissão algumas funções que não possuem natureza de direção, chefia e assessoramento, violando o entendimento já consolidado pelo Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO o teor da Notícia de Fato nº. 1.19.000.000822/2019-81, instaurada a partir de representação sigilosa, onde se noticia que o Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão estaria admitindo para cargos de analista de informação, analista financeiro, procurador e controlador interno sem observar a obrigatoriedade de concurso público.

RESOLVE:

Art. 1º Converter a presente Notícia de Fato em Inquérito Civil com vistas a apurar suposta inconstitucionalidade nas contratações para cargos comissionados pelo Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão, a quais violariam, em tese, a obrigatoriedade de concurso público para provimento de cargos de natureza técnica e operacional.

§ 1º Registre-se como investigado o Conselho Regional de Administração do Maranhão - Coren/MA e como interessado o Conselho Federal de Enfermagem - Cofen.

§ 2º Registre-se como assunto "10166 - Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional e afins (Organização Político - Administrativa / Administração Pública/Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público)" e como grupo temático "1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF".

Art. 2º Para instruir o presente feito determino:

Requisite-se ao Coren/MA, no prazo de 10(dez) dias, manifestação sobre o processo de instituição de seu Plano de Cargos e Salários, bem como da adequação constitucional quanto à exigência de concurso público e limitação quantitativa e qualitativa do quadro de funções comissionadas, devendo comprovar documentalmente todas as suas alegações, notadamente quanto às ações já adotadas visando a sua efetiva implementação.

Art. 3º Publique-se esta portaria no portal do Ministério Público Federal na internet.

Art. 4º Comunique-se à egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal deste ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos art. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II da Resolução CNMP nº 23/2007.

Art. 5º Designo a servidora Mariana Pavan Pereira, Assessora Nível II, para atuar neste Inquérito Civil como secretária, enquanto lotada neste 13º Ofício.

Art. 6º Providencie-se os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, notadamente para que se atualize a autuação quanto ao resumo dos fatos, partes, assunto/tema, município e prazos de tramitação.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HILTON ARAÚJO DE MELO
Procurador da República

PORTARIA Nº 22, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

O Ministério Público Federal, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº. 75/93:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127, caput);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CF, art. 129, II), bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, III);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (art. 129, V, da CF/88);

CONSIDERANDO o teor da Notícia de Fato n. 1.19.000.000832/2019-17, instaurada a partir de representação formulada pelo Conselho Indigenista Missionário - Cimi, noticiando supostas condições materiais inadequadas para a boa prestação dos serviços a cargo do Núcleo de Apoio Técnico da Funai em São Luís.

RESOLVE:

Art. 1º Converter a presente Notícia de Fato em Inquérito Civil com vistas a apurar as condições de estrutura e funcionamento do Núcleo de Apoio Técnico da Funai em São Luís, especialmente no que diz respeito à dificuldade para a comunicação e as viagens aos territórios indígenas, a falta de estrutura do prédio do NAT, e a ausência de ferramentas de trabalho essenciais para o desenvolvimento das atividades em defesa das populações indígenas atendidas pelo núcleo.

§ 1º Registre-se como investigadas a Fundação Nacional do Índio – Funai e a União.

§ 2º Registre-se como assunto “9989 - Direitos Indígenas” e como grupo temático “6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF”.

Art. 2º Para instruir o presente feito determino:

Aguarde-se a resposta do Chefe do Núcleo de Apoio Técnico ao Ofício nº 341/2019-HAM/PR/MA, até o transcurso do prazo ali assinado.

Art. 3º Publique-se esta portaria no portal do Ministério Público Federal na internet.

Art. 4º Comunique-se à egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal deste ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos art. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Art. 5º Designo a servidora Mariana Pavan Pereira, Assessora Nível II, para atuar neste Inquérito Civil como secretária, enquanto lotada neste 13º Ofício.

Art. 6º Providencie-se os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, notadamente para que se atualize a autuação quanto ao resumo dos fatos, partes, assunto/tema, município e prazos de tramitação.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HILTON ARAÚJO DE MELO
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 1, DE 12 DE AGOSTO DE 2019

Resumo: Portaria Instaura PA para Acompanhar a regularização fundiária/ambiental PA Vale dos Arinos – Juara/MT.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, titular do 1º Ofício da Procuradoria da República no Município de Juína/MT, com fulcro no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, “b”, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CRFB/88, art. 127);

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, bem como efetivar os direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO os elementos de informação trazidos pelos documentos que acompanham o presente (IC 1.20.006.000122/2016-73 e IC 1.20.006.000064/2015-05), bem como a necessidade de acompanhar a situação ambiental e fundiária do Projeto de Assentamento Vale do Seringal;

RESOLVE:

Instaurar procedimento de acompanhamento, objetivando “acompanhar o processo de regularização ambiental do Projeto de Assentamento Vale do Arinos, no município de Juara/MT”.

ERICH RAPHAEL MASSON
Procurador da República

PORTARIA Nº 2, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, apresentado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea “b”, e XIV, alínea “g”, e 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, dentre as funções institucionais do Ministério Público, com base no inciso V do artigo 129 da Constituição Federal, está a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.

R E S O L V E instaurar Procedimento Administrativo de Acompanhamento, com prazo de um ano, nos termos do art.8º, III, da Resolução CNMP nº174/2017, destinado a acompanhar o processo de demarcação da Terra Indígena Zoró.

Comunique-se à Egrégia 6ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 9º da Resolução nº 174/2017 do colendo Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

VINICIUS ALEXANDRE FORTES DE BARROS

PORTARIA Nº 82, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação - , com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFANCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Água Boa-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
13156	702414/2010 - Esp Educ Profissionalizante - Água Boa/MT	Concluída	Água Boa	702414/2010	Estadual
12640	702484 - 01 Esc. Educ. Infantil - Tipo B - Proinfância - Con	Concluída	Água Boa	702484/2010	Municipal
5455	Ampliação da EE Antônio Grohs do município de Água Boa/MT	Concluída	Água Boa	750014/2008	Estadual
1014059	ESCOLA MUNICIPAL TROPICAL - Água Boa - MT	Concluída	Água Boa	29744/2014	Municipal
1014061	ESCOLA RURAL BELA VISTA - Água Boa - MT	Concluída	Água Boa	29745/2014	Municipal
11267	657143 - Construção de Unidades Escolares por meio do Brasil Profissionalizado	Execução	Água Boa	657143/2009	Estadual

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Água Boa-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

2. Oficie-se a Secretaria Estadual de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público estadual tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 83, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação -, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFANCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Alto Boa Vista-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
28444	701342/11 - EE Rural- Padrão Estadual - Alto Boa Vista/MT	Concluída	Alto Boa Vista	701342/2011	Estadual
18699	TERRENO NA VILA REAL	Concluída	Alto Boa Vista	1502/2011	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Alto Boa Vista-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

2. Oficie-se a Secretaria Estadual de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público estadual tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 84, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano

de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação - , com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016 , o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015 , referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com

verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Barra do Garças-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
5659	806077 - EE Profa M Nazareth M Notelo - - Reforma - Barra do Garças/MT	Paralisada	Barra do Garças	806077/2007	Estadual
1009667	UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOLAR VILLE	Execução	Barra do Garças	8432/2014	Municipal
1014516	PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA - N.BARRA - P.2	Execução	Barra do Garças	9948/2014	Municipal
1014997	PAC 2 - Cobertura de Quadra Escolar 001/2013 - Barra do Garças - MT	Concluída	Barra do Garças	9601/2014	Municipal
5436	750014 - Esc Heronildes Araújo - Barra do Garças/MT	Concluída	Barra do Garças	750014/2008	Estadual
1721	710187 - Escola de Educação Infantil - Barra do Garças/MT	Concluída	Barra do Garças	710187/2008	Municipal
19381	ESCOLA INFANTIL SANTO ANTONIO	Concluída	Barra do Garças	1931/2011	Municipal
1000808	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 001/2013 - Barra do Garças - MT	Execução	Barra do Garças	5055/2013	Municipal
11261	657647 - CEPROTEC - Brasil Profissionalizado - Ampliação - Barra do Garças/MT	Obra Cancelada	Barra do Garças	657647/2009	Estadual

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: "1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Barra do Garças-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão".

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas
2. Oficie-se a Secretaria Estadual de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público estadual tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas
3. Oficie-se a Secretaria Estadual de Educação para que informe o motivo do cancelamento das obras nas escolas da rede de ensino público estadual tidas como CANCELADAS.

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 85, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação - , com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Bom Jesus do Araguaia-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
18214	CRECHE PROINFANCIA	Concluída	Bom Jesus do Araguaia	1504/2011	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Bom Jesus do Araguaia-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 86, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação - , com projetos padronizados que são fornecidos pelo fnde ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Campinápolis-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
8378	657067 - Esc. Educ. Infantil - Tipo B - CAMPINAPOLIS/MT	Concluída	Campinápolis	657067/2009	Municipal
1014782	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 002/2013 - Campinápolis - MT	Execução	Campinápolis	9476/2014	Municipal
1017266	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 001/2013 - Campinápolis - MT	Execução	Campinápolis	11343/2014	Municipal
1017781	PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 001	Execução	Campinápolis	11704/2014	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Campinápolis-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 87, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação - , com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

- a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;
- b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;
- c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;
- d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;
- e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;
- f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;
- g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Canarana-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
1000670	PAC 2 - Cobertura de Quadra Escolar 001/2013 - Canarana - MT	Concluída	Canarana	4580/2013	Municipal
1000807	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 002/2013 - Canarana - MT	Execução	Canarana	5056/2013	Municipal
23281	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 004	Concluída	Canarana	2435/2011	Estadual
1723	710022 - Escola de Educação Infantil - Canarana/MT	Concluída	Canarana	710022/2008	Municipal
1018282	Lote - Canarana - MT	Execução	Canarana	76889/2016	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Canarana-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas
 2. Oficie-se a Secretaria Estadual de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público estadual tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas
- Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 88, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação -, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFANCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Cocalinho-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
1010205	SUBSTITUIÇÃO EMPG RAIMUNDO SOARES NAVA - Cocalinho - MT	Concluída	Cocalinho	23389/2014	Municipal
1016072	NOVA ESCOLA:ESCOLA MUNICIPAL DE BÁSICA BELA VISTA DO CRISTALINO - Cocalinho - MT	Concluída	Cocalinho	29752/2014	Municipal
1017782	CHECHE ALEGRIA DO SABER	Execução	Cocalinho	11677/2014	Municipal
1018489	Substituição da escola municipal de educação básica Eletrometal II - Cocalinho - MT	Concluída	Cocalinho	32822/2014	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Cocalinho-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 89, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação -, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Confresa-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
1018233	VILA VERANÓPOLIS - Confresa - MT	Execução	Confresa	34945/2014	Municipal
1006517	PAC 2 - Cobertura de Quadra Escolar 001/2013 - Confresa - MT	Concluída	Confresa	7158/2013	Municipal
1016438	Escola Babinski - Confresa - MT	Execução	Confresa	29753/2014	Municipal
5435	750014 - Escola Estadual de 1º e 2º Grau 29 de Julho - Brasil Profissionalizado - Ampliação - Confresa/MT	Inacabada	Confresa	750014/2008	Estadual
13155	702414/2010 - Esp Educ Profissionalizante - Confresa/MT	Concluída	Confresa	702414/2010	Estadual
1002996	1002996	Concluída	Confresa	17504/2014	Municipal
1008004	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 003/2013 - Confresa - MT	Concluída	Confresa	9708/2014	Municipal
1014002	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 004/2013 - Confresa - MT	Concluída	Confresa	10519/2014	Municipal
23285	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 013	Concluída	Confresa	2435/2011	Estadual
23286	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 018	Concluída	Confresa	2435/2011	Estadual
24371	PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 002	Concluída	Confresa	2634/2012	Municipal
24372	PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 001	Concluída	Confresa	2634/2012	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: "1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Confresa-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão".

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas
2. Oficie-se a Secretaria Estadual de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público estadual tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 90, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.0000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação - , com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de General Carneiro-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
1018571	CRECHE MUNICIPAL - SEDE DO MUNICIPIO	Obra Cancelada	General Carneiro	11149/2014	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de General Carneiro-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação para que informe o motivo do cancelamento das obras nas escolas da rede de ensino público municipal tidas como CANCELADAS.

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 91, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação - , com projetos padronizados que são fornecidos pelo fnde ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os

entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Nova Nazaré-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
1008011	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 001/2013 - Nova Nazaré - MT	Paralisada	Nova Nazaré	7656/2013	Municipal
8481	657715 - Esc. Educação Infantil - Tipo B - NOVA NAZARE/MT	Concluída	Nova Nazaré	657715/2009	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Nova Nazaré-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 92, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação -, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

- a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;
- b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;
- c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;
- d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;
- e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;
- f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;
- g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Nova Xavantina-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
2488	830446 - Escola de Educação Infantil - Nova Xavantina/MT	Concluída	Nova Xavantina	830446/2007	Municipal
11962	700130 - Espaço Educativo Urbano II - 06 Salas - PAR - Construção Fundamental - Nova Xavantina/MT	Concluída	Nova Xavantina	700130/2010	Municipal
13508	702190/2010 - Univ Aberta do Brasil - Nova Xavantina/MT	Concluída	Nova Xavantina	702190/2010	Municipal
1003143	Loteamento SantAna - Quadra 18; Lote Especial . - Nova Xavantina - MT	Concluída	Nova Xavantina	17509/2014	Municipal
1006613	PAC 2 - Cobertura de Quadra Escolar 001/2013 - Nova Xavantina - MT	Execução	Nova Xavantina	7480/2013	Municipal
28866	Construção de edificação com quatro salas de aula e uma rampa de acessibilidade para o Campus Universitário de Nova Xavantina - Unemat.	Obra Cancelada	Nova Xavantina	703687/2010	Estadual

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Nova Xavantina-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas
 2. Oficie-se a Secretaria Estadual de Educação para que informe o motivo do cancelamento das obras nas escolas da rede de ensino público estadual tidas como CANCELADAS.
- Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 93, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação -, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

- a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;
- b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;
- c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;
- d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;
- e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;
- f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;
- g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFANCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Novo São Joaquim-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
8458	656885 - Esc. Educ. Infantil - Tipo B - NOVO SAO JOAQUIM/MT	Concluída	Novo São Joaquim	656885/2009	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Novo São Joaquim-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 94, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.0000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação - , com projetos padronizados que são fornecidos pelo fnde ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015 , referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Pontal do Araguaia-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
18957	Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia	Concluída	Pontal do Araguaia	1522/2011	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Pontal do Araguaia-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 95, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação - , com projetos padronizados que são fornecidos pelo fnde ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam compreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Porto Alegre do Norte-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
1016208	Nova Floresta - Porto Alegre do Norte - MT	Execução	Porto Alegre do Norte	29759/2014	Municipal
1016439	LOTEAMENTO VILA PROGRESSO - Porto Alegre do Norte - MT	Paralisada	Porto Alegre do Norte	29761/2014	Municipal
12642	702470 - E Educ Infantil - Tipo C - Porto Alegre do Norte/MT	Concluída	Porto Alegre do Norte	702470/2010	Municipal
1014003	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 001/2013 - Porto Alegre do Norte - MT	Paralisada	Porto Alegre do Norte	10543/2014	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Porto Alegre do Norte-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas
Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 96, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação -, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

- a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;
- b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;
- c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;
- d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;
- e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;
- f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;
- g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Querência-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
13765	704061/2010 - Espaço Educativo Urbano - Querência/MT	Concluída	Querência	704061/2010	Municipal
19350	F-5	Concluída	Querência	191/2011	Municipal
1014072	PARQUE IMPERIAL - Querência - MT	Concluída	Querência	29765/2014	Municipal

1016164	Tanguro - Querência - MT	Concluída	Querência	29767/2014	Municipal
28462	701342/11 - EE Rural- Padrão Estadual - Assentamento Coutinho União - Querência/MT	Concluída	Querência	701342/2011	Estadual
1012963	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 001/2013 - Querência - MT	Concluída	Querência	9120/2014	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Querência-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

2. Oficie-se a Secretaria Estadual de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público estadual tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 97, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação -, com projetos padronizados que são fornecidos pelo fnde ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Ribeirão Cascalheira-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
1912	710175 - Escola de Educ Infantil - Ribeirão Cascalheira/MT	Concluída	Ribeirão Cascalheira	710175/2008	Municipal

13504	702192/2010 - Univ Aberta do Brasil -Ribeirão Cascalheira/MT	Concluída	Ribeirão Cascalheira	702192/2010	Municipal
1006625	PAC 2 - Cobertura de Quadra Escolar 001/2013 - Ribeirão Cascalheira - MT	Execução	Ribeirão Cascalheira	7492/2013	Municipal
1017267	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 001/2013 - Ribeirão Cascalheira - MT	Inacabada	Ribeirão Cascalheira	11027/2014	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Ribeirão Cascalheira-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 98, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação -, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização,

até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Santa Terezinha-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
28467	701342/11 - EE Rural- Padrão Estadual - Assentamento Porto Velho - Santa Terezinha/MT	Concluída	Santa Terezinha	701342/2011	Estadual
29550	Escola Municipal Novo Progresso	Concluída	Santa Terezinha	8335/2014	Municipal
1005538	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 001/2013 - Santa Terezinha - MT	Paralisada	Santa Terezinha	6870/2013	Municipal
1008062	PAC 2 - Cobertura de Quadra Escolar 001/2013 - Santa Terezinha - MT	Execução	Santa Terezinha	8612/2014	Municipal

1009781	Escola Municipal Bom Jesus - Santa Terezinha - MT	Concluída	Santa Terezinha	22549/2014	Municipal
1010319	Escola Municipal Lago Grande - Santa Terezinha - MT	Concluída	Santa Terezinha	22550/2014	Municipal
1011077	PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 001	Execução	Santa Terezinha	9157/2014	Municipal
1016073	Escola Municipal Antonio Rosa - Santa Terezinha - MT	Execução	Santa Terezinha	29774/2014	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Santa Terezinha-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

2. Oficie-se a Secretaria Estadual de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público estadual tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 99, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação - , com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de São Félix do Araguaia-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
9417	657741 - Padrão SEDUC/MT-8 salas - Construção - São Félix do Araguaia/MT	Paralisada	São Félix do Araguaia	657741/2009	Estadual
1006725	PROJETO PROINFÂNCIA	Execução	São Félix do Araguaia	7270/2013	Municipal
5655	806077 - EE Tancredo Neves - Ref - São Felix do Araguaia/MT	Concluída	São Félix do Araguaia	806077/2007	Estadual

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de São Félix do Araguaia-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Estadual de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público estadual tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 100, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação -, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

- a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;
- b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;
- c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;
- d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;
- e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;
- f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;
- g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e
- h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFÂNCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de São José do Xingu-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
1016907	CRECHE DO DISTRITO DE SANTO ANTONIO DO FONTOURA	Execução	São José do Xingu	10650/2014	Municipal
1017756	PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 001/2013 - São José do Xingu - MT	Execução	São José do Xingu	11322/2014	Municipal
5617	700235 - Projeto Escola Padrão SEDUC/MT - 06 salas-SJ Xingu	Concluída	São José do Xingu		Estadual

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de São José do Xingu-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Estadual de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público estadual tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PORTARIA Nº 101, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.20.004.000145/2019-41

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fulcro nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; art. 6º, VII, b, e art. 7º, I, da LC n. 75/93; o disposto na Res. n. 23/2007, do CNMP e;

Considerando que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, missão igualmente conferida pelo artigo 1º da Lei Complementar n. 75/93;

Considerando que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, na forma do art. 129, inciso II, da Lei Maior;

Considerando que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

Considerando que o “Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil” (PROINFÂNCIA), destinado a municípios e Distrito Federal, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil;

Considerando que o programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: a) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do fundo nacional do desenvolvimento da educação -, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; e b) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros;

Considerando que em 2012, já na segunda fase do Programa, o FNDE, pretendendo abreviar o tempo das construções, lançou edital para licitar projetos de construções com Metodologia Inovadora – MI, dividindo o país em 14 (quatorze) lotes, cujo resultado final classificou 4 (quatro) empreiteiras a fim de que os entes federados contratassem diretamente com essas empresas vencedoras do certame;

Considerando que, nessa fase do Programa, inúmeras obras foram abandonadas, canceladas ou sequer iniciadas, devido a variados problemas;

Considerando que o percentual de avanço dos serviços executados nas obras licitadas por Metodologia Inovadora (em regra 15%), em muitos casos, não permitiu a continuidade da construção com tecnologia diversa, em razão da absoluta impossibilidade de aproveitamento da construção, o que levou à alteração do modus operandi para o método convencional;

Considerando que até o mês de março de 2019 apenas 119 (cento e dezenove) de um total de 3.586 (três mil, quinhentas e oitenta e seis) obras pactuadas mediante Metodologia Inovadora foram efetivamente concluídas, segundo constatação da Controladoria Geral da União – CGU;

Considerando que, desde o início do Programa, instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, havia a previsão da contratação total de 8.831 (oito mil, oitocentas e trinta e uma) obras, ao custo de 11,2 bilhões de reais, dos quais mais de 6 bilhões de reais foram transferidos para os entes federados, com a conclusão, segundo o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC do FNDE, de 3.974 (três mil, novecentos e setenta e quatro) obras (dados atualizados em março de 2019);

Considerando porém, que segundo análise da Controladoria Geral da União – CGU (Relatório de Avaliação n. 80/2017), na prática, apenas parte desse montante, ou seja, 2.708 (duas mil setecentos e oito) unidades estavam concretamente finalizadas, sem, no entanto, a informação de quantas escolas estão em efetivo funcionamento;

Considerando que um grande número dessas obras tem revelado problemas que vão desde a absoluta inexecução à ausência do esperado funcionamento da escola, em prejuízo ao cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que determinou a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE (2024);

Considerando que os Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2600/2013 e 608/2015 enumeram várias providências a serem tomadas pelo FNDE a fim de regularizar a situação, tendo constatado a existência de inúmeras obras paralisadas e deterioradas, atrasos injustificados, qualidade deficiente, falta de acessibilidade, deficiência de assistência pelo FNDE, superfaturamento, falta de publicidade, recebimento indevido da obra, ausência de formalização, inexistência de recebimento, e acréscimos superiores ao limite, entre outros problemas;

Considerando que, nos termos da avaliação da CGU, as medidas adotadas pelo FNDE para a resolução da problemática que envolve obras inacabadas, paralisadas e canceladas são insatisfatórias, tendo em vista que: a) as inacabadas não tiveram seu objeto do termo de compromisso executado e as ações para o ressarcimento dos recursos financeiros empregados são insuficientes; b) as paralisadas podem ter seus serviços retomados, porém não se verificam ações efetivas nesse sentido; c) as canceladas foram descontinuadas pelo gestor municipal; e d) as providências quanto à recuperação dos numerários repassados não são significativas;

Considerando que, conforme o Relatório de Fiscalização TCU nº 490/2016, o FNDE não cumpriu as determinações constantes no Acórdão TCU nº 608/2015, referente à auditoria realizada na Autarquia para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas para a ampliação da rede de infraestrutura da educação, por meio da construção de creches (Programa Proinfância);

Considerando que todas as obras financiadas pelo FNDE, inclusive aquelas abrangidas pelo Programa PROINFÂNCIA, sobre as quais trata o presente instrumento, são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, por meio do sítio eletrônico www.simec.mec.gov.br, encontrando-se classificadas como:

a) concluída: obra que atingiu 90% ou mais do percentual de execução, ressaltando-se que o status de “concluída” não significa “em funcionamento” ou construção efetivamente finalizada;

b) em execução: obra com termo de compromisso ainda vigente, cujo percentual de execução pode variar de 0% à 89%. Observa-se, porém, que muitas obras com esse status, a depender da análise da sua evolução físico-financeira, na prática, podem estar “paralisadas”, estando indevidamente classificadas;

c) em contratação: obra já licitada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com 0% ou baixo percentual de execução;

d) paralisada: obra iniciada, com termo de compromisso ainda vigente, porém com o cronograma físico-financeiro em desequilíbrio, ou seja, obra que não teve nenhuma evolução nos últimos 3 (três) meses;

e) inacabada: obra iniciada, com termo de compromisso vencido, fato que impossibilita o recebimento do restante dos recursos pactuados;

f) em planejamento: obra com o termo de compromisso vigente, porém em fase interna do processo de licitação;

g) em reformulação: obra inicialmente contratada para ser executada em Metodologia Inovadora - MI, que, porém, em razão da falência do método, teve seu termo de compromisso reformulado para retorno à Metodologia Tradicional – MT e se encontra em processo de renegociação com o FNDE; e

h) cancelada: obra que, por diversos motivos, não foi e nem será iniciada.

Considerando que, nos termos do artigo 5º, do Decreto 6.494, de 30 de junho de 2008, as despesas do PROINFANCIA correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação - MEC e ao FNDE;

Considerando que, nos termos do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”;

Considerando que, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

Considerando que, no julgamento da Ação Civil Originária nº 1.827/MT, o Supremo Tribunal Federal definiu que é atribuição do Ministério Público Federal apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais e na execução de programas educacionais financiados com verbas oriundas do FNDE, o que, no entanto, segundo mencionado na própria decisão, não exclui a atribuição dos Ministérios Públicos Estaduais para apurar deficiências na prestação dos serviços públicos municipais e no atendimento das demandas locais na área da educação;

Considerando a necessidade de se tomar providências junto aos municípios e ao FNDE com vistas a, prioritariamente, que as obras sejam concluídas ou, em caso de impossibilidade, sejam empreendidos os esforços necessários para recuperar os recursos não aplicados ou desviados da sua finalidade, de forma a mantê-los vinculados à educação infantil, para alcance da Meta 1 do PNE, conforme previsão inicial;

Considerando que os documentos juntados na notícia de fato nº 1.20.004.0000145/2019-41, que organizou por municípios e repasses financeiros o Programa PROINFÂNCIA a no Vale do Araguaia; e que por questão organizacional e estratégica é mais viável o desmembramento em inquéritos civis relativos a cada município;

Considerando que o município de Vila Rica-MT possui os seguintes registros do programa:

ID	NOME	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO	TERMO/CONVÊNIO	REDE DE ENSINO PÚBLICO
19313	Lote 07 Quadra XXVIII	Concluída	Vila Rica	199/2011	Municipal
1009782	Escola PA Santo Antônio - Vila Rica - MT	Execução	Vila Rica	22552/2014	Municipal
1000683	PAC 2 - Cobertura de Quadra Escolar 001/2013 - Vila Rica - MT	Execução	Vila Rica	4644/2013	Municipal
1009783	PA Santa Clara - Vila Rica - MT	Execução	Vila Rica	22552/2014	Municipal
1009784	PA Paraíso do Rio Preto - Vila Rica - MT	Execução	Vila Rica	22552/2014	Municipal
18625	Lote 05 Quadra 11	Concluída	Vila Rica	1527/2011	Municipal
1001888	PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 001	Obra Cancelada	Vila Rica	5355/2013	Municipal

RESOLVE instaurar inquérito civil no âmbito da 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão com o objeto: “1ª CCR e 5ª CCR. EDUCAÇÃO INFANTIL. PROGRAMA PROINFÂNCIA. FNDE. Investigar a regularidade na execução do programa Proinfância no município de Vila Rica-MT, em conformidade com a ação coordenada realizada pela 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão”.

Após autuação e registros no sistema Único, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Afixe-se no mural desta Procuradoria da República.

Tomadas as providências acima, determino à secretaria o seguinte:

1. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação, para que informe o código INEP das escolas da rede de ensino público municipal tidas como CONCLUÍDAS, solicitando ainda a confirmação do efetivo funcionamento das mesmas

2. Oficie-se a Secretaria Municipal de Educação para que informe o motivo do cancelamento das obras nas escolas da rede de ensino público municipal tidas como CANCELADAS.

Cumpra-se.

GUILHERME FERNANDES FERREIRA TAVARES
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 20, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Referência: PP 1.21.005.000182/2018-21;

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, apresentado pelo Procurador da República que ao final assina, no exercício de suas atribuições constitucionais e infraconstitucionais, nos termos do art. 129, incisos II e III, da Constituição da República; do art. 4º, caput, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público: (a) CONSIDERANDO o contido no PP nº 1.21.005.000182/2018-21, autuado em 20/09/2018, atualmente em trâmite no 3º Ofício desta Procuradoria da República no Município de Ponta Porã/MS, área de atuação CÍVEL - TUTELA COLETIVA, Grupo Temático

PFDC, Município de Ponta Porã/MS, que visa apurar supostas irregularidades no recebimento da quantia relativa ao pivô de irrigação das famílias residentes no Assentamento Itamarati; (b) CONSIDERANDO que decorreu o prazo de tramitação do presente PP sem que se reunissem elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas no art. 4º, caput, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal; (c) CONSIDERANDO a necessidade de realização de novas diligências no âmbito deste apuratório;

RESOLVE instaurar, com base na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, através da presente portaria, o INQUÉRITO CIVIL nº 1.21.005.000182/2018-21, tendo por objeto: "apurar os termos, legalidade e regularidade da cessão de áreas coletivas (áreas de pivô de irrigação) entre assentados do Assentamento Itamarati".

Autue-se, registre-se e dê-se ciência à PFDC. Solicite-se a publicação via sistema Único.

Nesse contexto, DETERMINO:

1) a reiteração da intimação endereçada à OSVALDO CAVALCANTE (67 99657-8833) - fl. 26, para que o mesmo compareça à esta Procuradoria da República e preste esclarecimentos sobre as supostas irregularidades noticiadas;

2) a expedição de ofício à SEBASTIÃO FERREIRA BEZERRA, solicitando que, no prazo de 10 dias, encaminhe cópias dos contratos/documentos firmados com demais assentados do Assentamento Itamarati, envolvendo a cessão/transmissão de uso das áreas coletivas (áreas de pivô de irrigação), bem como outros documentos (notas fiscais, recibos, etc) relacionados ao tema.

Atendidas às determinações supra, voltem os autos conclusos para deliberação.

MARCELO JOSÉ DA SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 38, DE 29 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, apresentado pela Procuradora da República signatária, no exercício da titularidade do 1º Ofício da Procuradoria da República de Corumbá/MS, com fulcro nos art. 129, III da Constituição da República e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127 da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Patrimônio Público e Social e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição Federal e art. 6º, VII, "a", "b" e "d", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei nº 8.429/92 legitimou o Parquet à propositura de ação civil por atos de improbidade administrativa, e que o art. 6º, XIV, "f", da Lei Complementar nº 75/93 dispõe que compete ao Ministério Público da União promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto à probidade administrativa;

CONSIDERANDO que é de suma importância assegurar o controle social da atuação dos agentes públicos no que se refere à aplicação dos recursos públicos federais, notadamente no âmbito da saúde pública em Corumbá/MS;

CONSIDERANDO que, em reunião realizada na sede da Procuradoria da República em Corumbá no dia 16 de agosto de 2019, foram relatadas circunstâncias de desvios de bens duráveis e não duráveis, para fins particulares, do Polo Base de Corumbá, supostamente perpetradas pelo atual Chefe do Polo, bem como de Chefes anteriores (ata registrada como PRM-CRA-MS-00007012/2019);

CONSIDERANDO que, em reunião realizada com dois indígenas Guató no dia 20 de agosto de 2019, estes apontaram que o atual chefe do Polo Base de Corumbá não tem conferido o apoio necessário para a realização do tratamento médico de sua filha com deficiência (ata registrada como PRM-CRA-MS-00006810/2019);

DETERMINO a instauração de INQUÉRITO CIVIL, vinculado à 5ª CCR para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção acerca da matéria versada, devendo o setor jurídico desta Procuradoria da República proceder aos registros e formalidade pertinentes, anotando no sistema UNICO o seguinte objeto: "5ª CCR – Apurar irregularidades na administração do Polo Base de Corumbá/MS, da Secretaria Especial de Saúde Indígena";

Como providências iniciais, para instrução do feito, determino:

1) a publicação e comunicação desta instauração de ofício à 5ª CCR, nos termos do art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2010 c/c o art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007;

2) a expedição de ofício ao Distrito Especial de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul e à Diretoria de Departamento e Atenção à Saúde Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, encaminhando cópia desta portaria e das atas de reunião acima mencionadas, para adoção das providências entendidas cabíveis, que deverão ser comunicadas ao MPF no prazo de 30 (trinta) dias. Ademais, solicite-se Distrito Especial de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul que, no prazo de 30 (trinta) dias: (a) informe todos os servidores, terceirizados e demais colaboradores que trabalharam no Polo Base de Corumbá/MS nos últimos 05 (cinco) anos, com indicação do tipo e período de vínculo; (b) informe todos os períodos em que foram realizadas viagens à Aldeia Uberaba nos últimos 05 (cinco) anos; (c) providencie a realização de inventário de bens duráveis, inclusive embarcações, enviados ao Polo Base de Corumbá nos últimos 05 (cinco) anos; (d) encaminhe o registro de todos os medicamentos, bens não duráveis (como café, açúcar, repelente) e demais insumos enviados ao Polo Base de Corumbá nos últimos 05 (cinco) anos; (e) encaminhe cópia de documento já apresentado ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul pelos indígenas Guató, no qual relataram a insatisfação com o serviço prestado pelo atual Chefe do Polo Base;

3) a expedição de ofício ao Posto Paulista de Corumbá/MS, solicitando que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, encaminhe documentos relativos ao abastecimento de combustível pelo Polo Base de Corumbá nos últimos 05 (cinco) anos;

4) a notificação dos servidores Elson Fonseca de Almeida, Ivanise Soares Mendonça e Maria Leatrice Bechuate para comparecimento nesta Procuradoria no dia 23/09/2019, às 13:00, 14:00 e 15:00, para prestarem depoimento;

5) à assessoria do gabinete, para que contate por meio telefônico a Sra. Maria Leatrice Bechuate, solicitando o encaminhamento de cópia do relatório por ela enviado à administração e mencionado na reunião realizada no dia 16/08/2019, referente aos desvios de insumos do Polo Base que verificou no período de abril de 2019;

6) Junte-se ao feito o documento PRM-CRA-MS-00006810/2019.

Fica designada para secretariar os trabalhos, enquanto vinculada a este Gabinete, a servidora Caroline Guedes Souza, técnica administrativa lotada nesta Procuradoria da República.

Caso não sejam os ofícios respondidos tempestivamente, fica determinado, desde já, a reiteração. Com a vinda da resposta retornem os autos conclusos para novas determinações.

MARIA OLÍVIA PESSONI JUNQUEIRA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 89, DE 23 DE AGOSTO DE 2019

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições e, em especial, com fundamento nos artigos 72, 77, in fine, 78 e 79, parágrafo único, da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO os parâmetros estabelecidos pelo E. Conselho Nacional do Ministério Público por meio da Resolução CNMP n. 30, de 19 de maio de 2008 (DJ de 27/05/2008);

CONSIDERANDO o teor da Resolução Conjunta n. 1/2008-PRE-PGJ, de 10 de junho de 2008, e das Portarias n. 2958/2019-PGJ, de 15.08.2019, 2923/2019-PGJ, de 13.08.2019, 3029/2019-PGJ e 3035/2019-PGJ, de 21.08.2019;

RESOLVE:

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, exercerem as funções de Promotor Eleitoral Substituto perante as Zonas Eleitorais constantes do quadro a seguir, em razão de férias, licença, vacância, compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão e/ou viagem a serviço:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	ZONA ELEITORAL	PERÍODO
DANIEL HIGA DE OLIVEIRA	21 ^a	23.08.2019
MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO	21 ^a	30.08.2019
GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA	33 ^a	19.08.2019 26.08.2019
THIAGO BONFATTI MARTINS	52 ^a	26 a 30.08.2019

Os efeitos desta Portaria retroagem à data de início dos respectivos períodos de designação.

Dê-se ciência ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça e ao Exmo. Sr. Presidente do E. Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato

Grosso do Sul.

Publique-se no DMPF-e e no D.J.E.M.S.

MARCOS NASSAR
Procurador Regional Eleitoral

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 31, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Notícia de Fato nº 1.22.020.000159/2019-91. MUNICÍPIO DE MANHUAÇU-MG. REALIZAÇÃO DE EVENTO DENOMINADO SHOW DE PRÊMIOS MANHUAÇU, EM 25.08.2019, EM NOME DA ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO AO IDOSO – APRI, SEM AUTORIZAÇÃO. CÂMARA: 3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 127, caput, e no art. 129, incisos II, da Constituição da República Federativa do Brasil; e os artigos 5º, V, “b” e 6º da Lei Complementar n. 75/93;

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição da República determina no art. 129, III, ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, bem como de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do CSMPF e na Resolução nº 23/2007 do CNMP;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.981/2000 revogou todos os dispositivos da Lei nº 9.615/98 que permitiam o jogo de bingo, ficando estabelecido, em seu artigo 2º, que “cabará à Caixa Econômica Federal a autorização e a fiscalização da realização dos jogos de bingo”;

CONSIDERANDO que as ações promocionais que tenham por objeto a distribuição de prêmios, a serem realizadas nas modalidades sorteio, concurso, vale-brinde ou operação assemelhada, dependem, em todas essas hipóteses, de autorização do Ministério da Fazenda (Lei nº 5.768/71 e Portaria nº 88/2000 da SEAE/MF);

CONSIDERANDO que a documentação encaminhada a esta Procuradoria da República em Manhuaçu-MG noticia a realização de um bingo denominado “Show de Prêmios Manhuaçu”, beneficente, em nome da Associação Promoção ao Idoso – APRI (CNPJ nº 26.220.210/0001-89), com venda de cartelas, sem autorização;

RESOLVE converter esta Notícia de Fato em Inquérito Civil de mesmo número, determinando, em consequência, que seja observado o disposto no artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, motivo pelo qual determina a adoção das seguintes providências:

a) essa Portaria deverá ser juntada aos autos em ordem cronológica e sequencial, com numeração contínua de peças do inquérito civil em epígrafe;

b) registro no sistema informatizado desta PRM da presente conversão, para efeito de controle do prazo previsto no artigo 15 da Resolução nº 87 do CSMPF;

c) disponibilização da íntegra desta Portaria no Sistema UNICO, assim como envio da mesma ao e-mail prmg-iniciais@mpf.mp.br, para publicação no site da PRM Manhuaçu/MG (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2010);

d) comunicação à 03ª CCR, para os devidos fins;

e) Cumprimento do despacho PRM-MNC-MG-00005123/2019.

Designo os servidores lotados no Setor Administrativo, sob a orientação de sua chefia imediata, para secretariar o presente inquérito civil, cabendo-lhes, inclusive, o controle do prazo de finalização do presente inquérito civil, devendo comunicar ao signatário do vencimento do referido prazo com antecedência mínima de 01 (uma) semana.

FRANCISCO DE ASSIS FLORIANO E CALDERANO
Procurador da República

PORTARIA Nº 41, DE 26 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e, ainda que não de forma exclusiva, da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85);

Considerando os termos da Resolução nº 23/2007, do CNMP, notadamente o que dispõe o artigo 2º, §7º, e artigo 5º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF;

Considerando a necessidade de verificar eventuais prejuízos indevidos aos discentes que já ingressaram na graduação em Geografia da UFVJM em razão da alteração da grade curricular do curso;

Determino a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 1.22.000.004115/2018-98, fruto de conversão do procedimento preparatório de mesmo número e ordeno, para tanto:

a) autuação e registro pertinentes destes autos como inquérito civil;

b) remessa de cópia desta Portaria à respectiva CCR/MPF, via sistema Único, para publicação em veículo oficial.

THIAGO MENICUCCI FRANKLIN DE MIRANDA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 12, DE 26 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) Considerando a incumbência prevista no art. 5º, inciso III, "b", e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;

c) Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

d) Considerando o contido nos autos de Procedimento Preparatório nº 1.25.008.000051/2019-55, em trâmite nesta Procuradoria da República para apurar possíveis irregularidades na execução dos objetos relativos ao Contrato de Repasse nº 10061017-95/13 (Termo de Compromisso nº 786680/2013) e Contrato de Repasse/Termo de Compromisso nº 0426.296-81/2014;

e) Considerando a necessidade de prosseguimento das diligências instrutórias para a adequada elucidação dos fatos, e tendo escoado o prazo estabelecido no § 4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2010 - CSMPF;

Resolve este órgão ministerial:

Nos termos do artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 87 do CSMPF, converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, observando-se o seguinte:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal-CCR/MPF acerca da instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria para publicação oficial, conforme art. 5º, VI, da Resolução nº 87 do CSMPF;

2. Observe-se a data necessária para, se for o caso, prorrogar o prazo de término da apuração ora em curso e a regular comunicação da prorrogação à 5ª CCR/MPF, conforme art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF;

3. Aguarde-se, pelo prazo adicional de 10 (dez) dias, a resposta ao Ofício nº 662/2019/PRM/PG.

OSVALDO SOWEK JÚNIOR
Procurador da República

PORTARIA Nº 13, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

- a) Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) Considerando a incumbência prevista no art. 5º, inciso III, "b", e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- c) Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;
- d) Considerando que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e as ações no âmbito da proteção do patrimônio público e social;

e) Considerando o contido nos autos do Procedimento Preparatório nº 1.25.008.000048/2019-31, em trâmite nesta Procuradoria da República para apurar possíveis irregularidades na gestão de verbas "Fundo a Fundo ou Concessão" repassadas pela União (Ministério da Saúde) ao Município de Ponta Grossa (Fundo Municipal de Saúde), no âmbito do Programa Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

f) Considerando a necessidade de prosseguimento das diligências instrutórias para a adequada elucidação dos fatos, e tendo escoado o prazo estabelecido no § 4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2010 - CSMPPF;

Resolve este órgão ministerial:

Nos termos do artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 87 do CSMPPF, converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, observando-se o seguinte:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - CCR/MPF acerca da instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria para publicação oficial, conforme art. 5º, VI, da Resolução nº 87 do CSMPPF;

2. Observe-se a data necessária para, se for o caso, prorrogar o prazo de término da apuração ora em curso e a regular comunicação da prorrogação à 5ª CCR/MPF, conforme art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPPF;

3. Após, façam os autos conclusos para análise das informações/documentos remetidos pela Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa, via expediente FMS/969/2019.

OSVALDO SOWEK JÚNIOR
Procurador da República

PORTARIA Nº 14, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

- a) Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) Considerando a incumbência prevista no art. 5º, inciso III, "b", e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- c) Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;
- d) Considerando o contido nos autos do Procedimento Preparatório nº 1.25.008.000049/2019-86, em trâmite nesta Procuradoria da República para apurar possíveis irregularidades na concessão de benefícios do BPC/LOAS e programa Bolsa Família, bem como possível deficiência de estrutura de pessoal para a execução do Cadastro Único, no município de Ponta Grossa;

f) Considerando a necessidade de prosseguimento das diligências instrutórias para a adequada elucidação dos fatos, e tendo escoado o prazo estabelecido no § 4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2010 - CSMPPF;

Resolve este órgão ministerial:

Nos termos do art. 4º, inciso II, da Resolução nº 87 do CSMPPF, converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, observando-se o seguinte:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - CCR/MPF acerca da instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria para publicação oficial, conforme art. 5º, VI, da Resolução nº 87 do CSMPPF;

2. Observe-se a data necessária para, se for o caso, prorrogar o prazo de término da apuração ora em curso e a regular comunicação da prorrogação à 5ª CCR/MPF, conforme art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPPF;

3. Aguarde-se a resposta ao Ofício nº 675/2019/PRM/PG.

OSVALDO SOWEK JÚNIOR
Procurador da República

PORTARIA Nº 15, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

- a) Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) Considerando a incumbência prevista no art. 5º, inciso III, "b", e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- c) Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;
- d) Considerando o contido nos autos de Procedimento Preparatório nº 1.25.008.000050/2019-19, em trâmite nesta Procuradoria da República para apurar possíveis irregularidades na execução do objeto relativo ao Contrato de Repasse nº 313.333-33/2009, firmado entre a União (Ministério das Cidades) e o Município de Ponta Grossa;

e) Considerando a necessidade de prosseguimento das diligências instrutórias para a adequada elucidação dos fatos, e tendo escoado o prazo estabelecido no § 4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2010 - CSMPPF;

Resolve este órgão ministerial:

Nos termos do artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 87 do CSMPPF, converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, observando-se o seguinte:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - CCR/MPF acerca da instauração do presente Inquérito Civil, com cópia desta Portaria para publicação oficial, conforme art. 5º, VI, da Resolução nº 87 do CSMPF;
2. Observe-se a data necessária para, se for o caso, prorrogar o prazo de término da apuração ora em curso e a regular comunicação da prorrogação à 5ª CCR/MPF, conforme art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF;
3. Após, façam os autos conclusos para análise das informações remetidas pela Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Ponta Grossa, via Of. nº 122/2019-AMTT.

OSVALDO SOWEK JÚNIOR
Procurador da República

PORTARIA Nº 22, DE 26 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

- a) Considerando os elementos probatórios já carreados à Notícia de Fato nº 1.25.003.004636/2019-94, tendo como objeto a dificuldade da administração do Parque Nacional do Iguaçu para obter, junto ao Serviço Florestal Brasileiro-SFB, o compartilhamento de dados do Cadastro Ambiental Rural-CAR, contendo dados de qualificação e endereço para correspondência dos proprietários/ocupantes dos imóveis rurais;
- b) Considerando o teor do Ofício da Diretoria-Geral do Serviço Florestal Brasileiro (Ofício 184/2019 MAPA), informando que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) possui acesso à intranet do Sistema do Cadastro Ambiental Rural (Sicar) desde 30 de junho de 2016, com Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS) firmado e seu cadastro encontra-se ativo no sistema;
- c) Considerando a resposta do ICMBio encaminhada por intermédio do Ofício SEI n.249/2019 – PARNA Iguaçu, informando que “até a presente data, não obtiveram êxito e nem outras informações sobre a disponibilização de tal acesso” (Protocolo Eletrônico ICMBIO PRM-FBE-PR-00002856/2019);
- d) Considerando a necessidade de abertura de um diálogo institucional do Serviço Florestal Brasileiro com o Parque Nacional do Iguaçu para viabilizar a transferência de sigilo dos dados;
- e) Considerando que expirou o prazo para a tramitação da mencionada Notícia de Fato sem que fosse possível realizar-se promoção de arquivamento ou a proposição de ação civil pública, havendo a necessidade de continuidade das apurações, visando carrear aos autos mais elementos de convicção;
- f) Considerando a necessidade de aproveitamento do material probatório carreado a estes autos;
- g) Considerando a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

RESOLVE

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação das irregularidades acima apontadas, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

NOMEAR os servidores lotados neste Ofício para atuar como Secretários no presente.

1. Autue-se a presente portaria e os documentos que a acompanham como inquérito civil.

2. Após, adotem-se as seguintes providências:

(i) Converta-se a presente Notícia de Fato em Inquérito Civil, cadastrando-o com o seguinte resumo:

MEIO AMBIENTE. GESTÃO AMBIENTAL. COMPARTILHAMENTO DE DADOS DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) COM A ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. (4ª CCR). OBJETO: Necessidade de compartilhamento de dados do Cadastro Ambiental Rural com a Administração do Parque Nacional do Iguaçu, contendo dados de qualificação e endereço para correspondência dos proprietários/ocupantes dos imóveis rurais. Requerido: Serviço Florestal Brasileiro.

Nomeio os servidores lotados neste Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. Após a conversão, considerando a afirmação do ICMBio de que ainda não obteve êxito no acesso às informações disponíveis no Siscar, OFICIE-SE ao Chefe do Parque Nacional do Iguaçu, Sr. Ivan Carlos Baptiston, no endereço BR 469 KM 18 - PNI do Iguaçu, - Foz do Iguaçu/PR - CEP 85855750, com cópia do Ofício n. 184/2019 do Serviço Florestal Brasileiro (OFÍCIO 184/2019 MAPA – PRM-IGU-PR-00021589/2019), REQUISITANDO, no prazo de 30(trinta) dias (LC 75/93) que:

a) Esclareça se mesmo com as informações fornecidas pelo Serviço Florestal Brasileiro no Ofício n. 184/2019 SFB, o ICMBio ainda não logrou êxito em acessar os dados dos proprietários/ocupantes dos imóveis rurais lindeiros ao PNI no Siscar. Em caso negativo, identificar quais são os entraves que impedem o acesso ao referido sistema.

4. Autue-se, com as anotações de praxe, devendo o IC iniciar pela presente Portaria.

Comunique-se à 4ª CCR.

Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007).

DANIELA CASELANI SITTA
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 1, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da procuradora da República signatária, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição da República e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, e nos termos da Resolução CNMP nº 174/2017,

CONSIDERANDO a notícia constante em matéria publicada no sítio eletrônico do Jornal Diário de Pernambuco, que anuncia possível instalação de complexo turístico na praia de Maracáipe, em Ipojuca/PE,

RESOLVE instaurar Procedimento Administrativo, vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, com o objetivo de acompanhar a regularidade do licenciamento do empreendimento referido na reportagem do Diário de Pernambuco - "Beira-mar de Maracápe pode receber complexo turístico".

Por conseguinte, determino ao Setor Jurídico que providencie a autuação desta portaria e dos documentos que a acompanham e o registro correspondente nos sistemas eletrônicos desta Procuradoria, bem como a publicação da portaria e realização das demais comunicações de praxe.

Determino, ainda, sejam os autos, em seguida, encaminhados à secretaria deste gabinete para adoção das seguintes providências:

1) Expedição de ofício à CPRH e Prefeitura Municipal de Ipojuca para que informem se foi requerida licença prévia do empreendimento referido na reportagem, encaminhando cópia dos documentos para análise do MPF. Remeta-se cópia da notícia.

Designo a servidora Luciana Leal Pedrosa, técnica administrativa, para atuar neste procedimento, enquanto lotada neste gabinete.

ANA FABIOLA DE AZEVEDO FERREIRA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 13, DE 29 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelos procuradores da República signatários, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, art. 5º, inciso III, alínea 'b' e 'e', e art. 6º, inciso VII, alíneas 'b' e 'd' da Lei Complementar nº 75/93, e

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por determinação constitucional, zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos termos do art. 129, II, da CRFB/1988;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, bem como "expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis" (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 6º, incisos VII, alínea "b", primeira parte e XX, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal a tutela do erário e a adoção de medidas (extrajudiciais/judiciais) para assegurar a regular aplicação das verbas públicas federais e a observância dos princípios constitucionais-administrativos correlatos;

CONSIDERANDO que o Ministério Público deve velar pela proteção aos direitos sociais, dentre os quais está o direito à educação, previsto nos arts. 6º, caput, e 205 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.527, de 18.11.2011 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei Complementar nº 131, de 27.05.2009 (Lei da Transparência), dispõem sobre mecanismos de acesso à informação e controle social;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos artigos 48 e 49, fixa normas que assegurem a transparência da gestão fiscal;

CONSIDERANDO que a L.C. nº 101/2000 estabelece como instrumentos garantidores da transparência da gestão fiscal a "liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público", e a "adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A" (art. 48, §1º, incs. II e III, da LC nº 101/2000);

CONSIDERANDO o disposto no art. 48-A, I, da LC nº 101/2000 e nos arts. 6º, I e II, e 7º, IV e VI, 8º, §4º, e 32, I, da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011);

CONSIDERANDO que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (art. 205 da Constituição Federal de 1988);

CONSIDERANDO que o transporte escolar é um serviço público essencial à promoção do direito à educação;

CONSIDERANDO que o transporte escolar é realizado com recursos federais do Programa Nacional de Transporte Escolar e do FUNDEB, com complementação da União;

CONSIDERANDO que os administradores de recursos federais, nos termos da legislação aplicável, devem fazer uso da transferência bancária eletrônica e identificada ou depósito direto na conta do efetivo prestador do serviço, sendo vedados os saques em espécie, a utilização de cheques, os pagamentos em caixa bancário e, inclusive, o envio de valores da conta específica (no caso do transporte escolar, do PNATE ou FUNDEB) para destinos incertos (não identificados) ou para contas do próprio Município;

CONSIDERANDO que toda licitação deve ser instrumentalizada por meio de procedimento administrativo regular, com folhas numeradas, rubricadas e os documentos essenciais, entre os quais: i) ampla e adequada pesquisa de preços, realizada junto a fornecedores distintos, sem vínculo entre si, que detenham capacidade de ofertar o serviço; ii) termo de referência, com indicação das condições e custo do serviço, acompanhado de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; iii) edital com delimitação precisa e clara do objeto contratado (no caso do transporte escolar, detalhamento das rotas/itinerários, condições de pavimentação asfáltica da via, distâncias, pontos de partida e chegada, paradas, turnos, número de dias letivos e de alunos atendidos em cada rota etc), e sem cláusulas que imponham uma restrição injustificada da competitividade (v.g., exigência indevida de capital social ou patrimônio líquido); iv) parecer sobre os aspectos fáticos e jurídicos do certame, minutas do edital e contrato; v) prova da publicidade adequada, etc;

CONSIDERANDO, ainda, a proibição de cláusulas editalícias que, direta ou indiretamente, impeçam (ou restrinjam indevidamente) a participação de pessoas, inclusive e notadamente dos prestadores que atuam como microempreendedores individuais (MEI);

CONSIDERANDO que a sociedade cooperativa, nos moldes da Lei 5.764/1971 e da Lei 12.690/2012, pressupõe reunião de pessoas de uma mesma classe ou profissão para prestação direta de serviços autônomos, sem vínculo de subordinação, e se caracteriza pela adesão voluntária, capital próprio formado pelos associados, divisão de resultados e gestão democrática, sendo que "a Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada" (art. 5º da Lei 12.690/2012) e não pode servir de fachada para obtenção indevida de vantagens fiscais ou de outra natureza, descumprir legislação trabalhista ou enriquecer ilegalmente seus dirigentes;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, inclusive com designação de fiscal, conforme art. 67 da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO que a Administração Pública responde solidariamente com o contratado por encargos previdenciários resultantes da celebração do contrato (art. 71, § 2º, da Lei 8.666/93) e pode responder subsidiariamente por encargos trabalhistas se for omissa em fiscalizar seu cumprimento (art. 71 da Lei 8.666/93 e ADC nº 16/DF);

CONSIDERANDO que o Guia de Transporte Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE estabelece que “para que o transporte de alunos seja mais seguro, o ideal é que os veículos da frota tenham no máximo sete anos de uso”;

CONSIDERANDO que todo contratado pelo poder público deve apresentar capacidade operacional para a prestação do serviço (art. 30, II e §1º, da Lei 8.666/1993), vedando-se a subcontratação integral do objeto (art. 72 e art. 78, II, da Lei 8.666/1993), sob pena de configuração de sobrepreço/superfaturamento, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

CONSIDERANDO que “as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala” (art. 23, §1º, da Lei 8.666/93), o que, no caso do serviço de transporte escolar, impõe o critério de julgamento por item (rota), salvo se efetivamente comprovada a economicidade de ser fazer o julgamento por lote ou preço global e, ainda, se demonstrado que o contratado possui capacidade operacional de prestar o serviço de todas as rotas, nos termos da Súmula 247 do TCU, proibida, em qualquer caso, a subcontratação ilícita;

CONSIDERANDO que “as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala” (art. 23, §1º, da Lei 8.666/93), o que, no caso do serviço de transporte escolar, impõe o critério de julgamento por item (rota), salvo se efetivamente comprovada a economicidade de ser fazer o julgamento por lote ou preço global e, ainda, se demonstrado que o contratado possui capacidade operacional de prestar o serviço de todas as rotas, nos termos da Súmula 247 do TCU, proibida, em qualquer caso, a subcontratação ilícita;

CONSIDERANDO que o Acórdão TCU nº 358/2015 determinou ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que “adote medidas orientadoras ou normativas, aos gestores de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), em todos os municípios do território nacional beneficiados pelo referido programa, visando evitar a contratação da prestação de serviços de transporte do escolar que se mostre antieconômica frente às demais opções de prestação desse serviço e, ainda, a subcontratação irregular desses serviços, a exemplo das verificadas em auditorias, sem, contudo, inviabilizar a prestação desses serviços nas regiões mais carentes”;

CONSIDERANDO que, em razão do citado acórdão, o FNDE alertou todos os gestores municipais que gerem recursos do PNATE, que “subcontratação só será admitida nos termos e limites previstos no edital, devendo ser exigido comprovação da viabilidade e satisfatoriedade dessa subcontratação na fase de habilitação”, observados os ditames da economicidade e da competitividade, a fim de evitar prejuízo ao erário;

CONSIDERANDO a excepcionalidade do instituto do credenciamento para contratação do(s) prestador(es) do serviço de transporte escolar, via chamamento público, aplicável apenas em caso de comprovada inviabilidade de competição e maior economicidade devidamente demonstrada, no interesse público;

CONSIDERANDO que o serviço de transporte escolar pode ser prestado diretamente, por rotas, a um custo/valor substancialmente inferior ao atualmente contratado, por pessoas físicas ou jurídicas que detenham capacidade operacional para tanto, inclusive por aqueles que atualmente prestam efetivamente o serviço (subcontratados), na condição de microempreendedores individuais, caso o serviço seja licitado por itens (rotas) e o Edital do certame não imponha exigências indevidas que restrinjam ou inviabilizem a competitividade;

CONSIDERANDO que a adequada delimitação do objeto do serviço de transporte escolar pressupõe o conhecimento das condições e distâncias de cada rota, e tendo em vista os vários procedimentos investigativos e ações ajuizadas a partir de investigações que tramitaram nesta PRM em razão da constatação de superfaturamento decorrente de pagamento indevido por distâncias adulteradas, rotas inexistentes e serviços não prestados, o que pode ser evitado pelo georreferenciamento e mapeamento das rotas de transporte escolar, e pela fiscalização e publicidade adequadas;

CONSIDERANDO que se tem constatado que contratos de transporte escolar irregularmente firmados e executados costumam apresentar vários aditivos contratuais para prorrogação de prazo e aumento dos valores;

CONSIDERANDO que tem sido comum a contratação de empresas/cooperativas constituídas e/ou geridas fraudulentamente por intermédio de “laranjas”, e que não possuem capacidade operacional – inexistência de frota de veículos e funcionários/motoristas – para prestar o serviço de transporte escolar, sendo o serviço, portanto, integralmente prestado por terceiros subcontratados por valores muito inferiores aos pagos pela prefeitura às empresas ou cooperativas contratadas por cada veículo/rota, a evidenciar sobrepreço/superfaturamento;

CONSIDERANDO que, por meio de subcontratações ilícitas, a contratada passa de “prestadora” do serviço a mera intermediária, por não ter condições de prestar o serviço, sendo as rotas subcontratadas por fração do valor original;

CONSIDERANDO que a intermediação do serviço e o sobrepreço no contrato de transporte escolar, consubstanciado na diferença entre o preço contratado e o valor repassado nas subcontratações, caracteriza prejuízo à Administração (e ao patrimônio público);

CONSIDERANDO que a subcontratação ilícita dos serviços de transporte escolar, firmada pelo contratado com motoristas (proprietários de veículos) do município, em afronta ao art. 72, caput, c/c o art. 78, inc. VI, da Lei nº 8.666/93 e as orientações do TCU e CGU, além de violar o caráter competitivo do certame e a isonomia/impessoalidade, resulta em dano ao erário;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013);

CONSIDERANDO que o serviço de transporte escolar, embora não deva ser interrompido (descontinuado), dada a sua relevância, deve ser regularmente prestado, para não acarretar prejuízo à formação e à segurança dos alunos, e ao interesse público;

CONSIDERANDO, em face de todo o exposto, a necessidade de adotar medidas, extrajudiciais e judiciais, se preciso, para que os municípios da área de atribuição desta PRM adequem suas respectivas licitações e seus contratos administrativos que tenham por objeto a realização de transporte escolar, em tempo hábil, é dizer, antes do início do próximo ano letivo (2020);

RESOLVE INSTAURAR, nos termos do art. 2º, § 6º, da Resolução nº 23/2007 do CNMP, e do despacho PRM-PET-PE-00010289/2019, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Em cumprimento à Resolução nº 87/2006 do CSMPE, com as alterações promovidas pela Resolução nº 106/2010 do mesmo Conselho Superior:

a) Autue-se a presente Portaria, acompanhada do despacho PRM-PET-PE-00010289/2019;

b) Comunique-se à (5ª CCR), por meio eletrônico, informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução nº 87/2006, enviando cópia desta portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006; e

c) Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007 do CNMP e no art. 15 da Resolução n.º 87/2006 do CSMPPF, devendo a Secretaria realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

ELTON LUIZ FREITAS MOREIRA
Procurador da República

FILIFE ALBERNAZ PIRES
Procurador da República

PORTARIA Nº 103, DE 29 DE AGOSTO DE 2019

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 1.26.000.000595/2019-50

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, e;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme preceitua o art. 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, inciso III da Constituição Federal;

Considerando o teor da Resolução n.º 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação conferida pela Resolução n.º 106 do CSMPPF, de 6 de abril de 2010;

Considerando o esgotamento do prazo de tramitação do procedimento, e a necessidade de prosseguir em sua instrução até solucionar a problemática posta;

Resolve instaurar o Inquérito Civil n.º 1.26.000.000595/2019-50, determinando:

1) Registro e autuação da presente Portaria, acompanhada do Procedimento Preparatório supracitado, assinalando como objeto do Inquérito Civil "Apurar notícia de possíveis divergências entre as normativas de segurança aplicadas à atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP) exigidas pela ANP e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco".

2) Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, da servidora Laís Abath, matrícula n.º 26823, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução n.º 23/2007 do CNMP e art. 5º, V, da Resolução n.º 87/2006 do CSMPPF, para funcionar como Secretária;

3) Comunicação à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 6º, da Resolução n.º 87 do CSMPPF, solicitando-lhe a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução n.º 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução n.º 87 CSMPPF);

4) Publicação deste ato no portal eletrônico que a Procuradoria da República no Estado de Pernambuco mantém na rede mundial de computadores.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução n.º 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução n.º 87 do CSMPPF, deve ser realizado o acompanhamento do prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Outrossim, tendo em vista as respostas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco e da Agência Nacional do Petróleo - ANP, arvorando-se a competência para disciplinar e fiscalizar a atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo, determino seja elaborada Recomendação ao primeiro, solicitando que busque compatibilizar suas normativas de segurança com a legislação federal sobre o tema, a fim de evitar inconsonâncias capazes de prejudicar o jurisdicionado em caso de fiscalização.

CLAUDIO HENRIQUE CAVALCANTE MACHADO DIAS
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 964, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Portaria PR-RJ Nº 623/2019 para interromper as férias da Procuradora da República CÍNTIA MELO DAMASCENO MARTINS no dia 18 de setembro de 2019.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando que a Procuradora da República CÍNTIA MELO DAMASCENO MARTINS solicitou interrupção de férias - anteriormente marcadas para o período de 09 a 18 de setembro de 2019 (Portaria PR-RJ Nº 623/2019, publicada no DMPF-e 104/2019 - Extrajudicial de 05 de junho de 2019, Página 18) - no dia 18 de setembro de 2019, para participar do Curso de Cibersegurança: Ferramentas para aplicação da Lei e Investigação com foco no estudo de Fontes Abertas, em Belo Horizonte/Minas Gerais, no período de 19 a 20 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria PR-RJ Nº 623/2019 para interromper as férias da Procuradora da República CÍNTIA MELO DAMASCENO MARTINS no dia 18 de setembro de 2019, incluindo-a na distribuição de todos os feitos e audiências nesta data.

Art. 2º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

RAFAEL ANTONIO BARRETTO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 967, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Exclui a Procuradora da República CÍNTIA MELO DAMASCENO MARTINS dos feitos urgentes e audiências nos dias 19 e 20 de setembro de 2019.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas

atribuições legais, considerando que a Procuradora da República CÍNTIA MELO DAMASCENO MARTINS irá participar do Curso de Cibersegurança: Ferramentas para Aplicação da Lei e Investigação com foco no Estudo de Fontes Abertas, em Belo Horizonte/Minas Gerais, nos dias 19 e 20 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Excluir a Procuradora da República CÍNTIA MELO DAMASCENO MARTINS, nos dias 19 e 20 de setembro de 2019, da distribuição dos feitos urgentes e audiências que lhe são vinculados, observando-se a devida compensação.

Art. 2º Caso haja acumulação no ofício da Procuradora da República CÍNTIA MELO DAMASCENO MARTINS, ela ficará excluída de todos os feitos e audiências que lhe são vinculados.

Art. 3º Dê-se ciência à SERAF para cumprimento do disposto na Portaria PGR Nº 358/2016.

Art. 4º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

RAFAEL ANTONIO BARRETTO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 968, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Portaria PRRJ nº 919/2019 para designar os Procuradores da República ALBERTO RODRIGUES FERREIRA e WANDERLEY SANAN DANTAS para acompanharem os trabalhos de Correições Ordinárias Presenciais que serão levadas a termo, no período de 23 a 27 de setembro de 2019, nas 2ª e 3ª Varas Federais de Niterói, respectivamente.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando a Portaria PRRJ nº 919/2019 (publicada no DMPF-e nº 159 - Extrajudicial, de 22/08/2019, Página 13) que designou Procuradores da República para acompanharem os trabalhos de Correições Ordinárias Presenciais que serão levadas a termo, no período de 16 de setembro a 04 de outubro de 2019, nas Varas Federais e Setores Administrativos dos municípios do Rio de Janeiro, e

considerando acordo feito entre os Procuradores da República ALBERTO RODRIGUES FERREIRA e WANDERLEY SANAN DANTAS em relação à permuta entre si das varas que serão correicionadas no município de Niterói, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria PRRJ nº 919/2019 para designar os Procuradores da República ALBERTO RODRIGUES FERREIRA e WANDERLEY SANAN DANTAS para acompanharem os trabalhos de Correições Ordinárias Presenciais que serão levadas a termo, no período de 23 a 27 de setembro de 2019, nas 2ª e 3ª Varas Federais de Niterói, respectivamente.

Art. 2º Dê-se ciência à Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

Art. 3º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

RAFAEL ANTONIO BARRETTO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 16, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93 e

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 75/93 prevê em seu artigo 6º, VII, “b” ser atribuição do Ministério Público Federal promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, bem como o disposto nas Resoluções nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundamento na investigação do Procedimento em epígrafe, RESOLVE:

Art. 1º Converter o Procedimento Preparatório nº 1.30.017.000351/2018-84 em Inquérito Civil, que apresentará a seguinte ementa: “PATRIMÔNIO PÚBLICO/SAÚDE – Apurar possível malversação de verbas públicas federais em cancelamento de atas de registro de preços 10A/2016 a 10I/2016 e dispensa de licitação para a contratação emergencial das pessoas jurídicas SPEED SÉCULO XXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES; ESPECIFARMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR; LÍNEA RJ COMÉRCIO EIRELI-ME; MEDFLEX COMERCIAL CIRÚRGICO EIRELI e FUTURA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAÚDE LTDA, para fornecimento de insumos e medicamentos no Município de Duque de Caxias”.

Art. 2º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEONARDO GONÇALVES JUZINSKAS
Procurador da República

PORTARIA Nº 240, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Procedimento Preparatório nº 1.30.001.004222/2018-34

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que este subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, na Lei Complementar nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei 7347/85; e

Considerando a instauração do Procedimento Preparatório nº 1.30.001.004222/2018-34, contendo cópia da Ação Judicial nº 0047628-84.1998.4.02.5101;

Considerando a notícia veiculada na dita Ação de que o DNER avençou acordo ilegal com particulares, autocomposição esta que posteriormente foi anulada na Ação Civil Pública nº 1999.51.01.005472-2, ajuizada pelo MPF;

Considerando a existência da Ação Cautelar de Sequestro nº 0018267-06.2001.4.01.3400, tramitada na 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, na qual se perseguiu a recomposição dos valores indevidamente vertidos da União Federal para os particulares que entabularam o referido acordo;

Considerando a necessidade de atuação extrajudicial para a coleta de informações necessárias à tomada de decisão em relação à Ação Judicial nº 0047628-84.1998.4.02.5101;

Considerando as Resoluções CSMPF nº 87/2006 e CNMP nº 23/07;

RESOLVE converter o Procedimento Preparatório nº 1.30.001.004222/2018-34 em INQUÉRITO CIVIL, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino as seguintes diligências:

- 1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe, inclusive para efeitos de prevenção;
- 2) Comunique-se à d. 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;
- 3) Retornem os autos conclusos para novas determinações.

DANIELLA DIAS DE ALMEIDA SUEIRA TOLEDO PIZA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 250, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Procedimento Preparatório MPF/PR/RJ nº 1.30.001.005021/2018-54.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República abaixo assinado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, bem como no artigo 5º, inciso I, alínea "h"; inciso III, alínea "b" e "e", inciso V, alíneas "a" e "b"; no artigo 6º, inciso VII, inciso XII, inciso XIV, alínea "f"; e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e também nas Leis nº 7.347/85 e nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, nos termos do art. 127 da Constituição da República e do art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido, inclusive, pelo acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação, consoante o previsto no art. 196 e seguintes da Constituição da República;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal, dentre estes, as ações e os serviços de saúde, promovendo, assim, as medidas necessárias para sua garantia (art. 129, inciso II, e art. 197, da Constituição Federal, e art. 5º, inciso V, alínea "a" da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, dentre os quais situa-se os serviços de relevância pública e o direito de acesso à saúde, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e outros procedimentos administrativos, bem como a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, e arts. 6º, incisos VII, XII e XIV, alínea "f", e §7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a direitos e interesses, cuja defesa cabe ao Ministério Público, notadamente, o patrimônio público, os serviços de relevância pública e o direito de acesso à saúde;

CONSIDERANDO os elementos e informação contidos no Procedimento Preparatório MPF/PR/RJ nº 1.30.001.005021/2018-54;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL, pelo prazo de 1 ano, com a finalidade de investigar suposta suspensão de pagamento de material para realização de hemodiálise em hospitais, públicos e privados, conveniados ao SUS.

Destarte, determina-se, ainda, a adoção das seguintes providências:

1. Registrar e publicar a presente portaria;
2. Comunicar a instauração (CCR ou NAOP-PFDC), de acordo com as orientações vigentes;
3. Cumprir as determinações do despacho em anexo.

ALEXANDRE RIBEIRO CHAVES
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 33, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento administrativo se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando a necessidade de realização de novas diligências;

Converte o Procedimento Preparatório autuado sob o n. 1.28.000.001961/2018-32, em Inquérito Civil Público de igual numeração, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n. 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS:

Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir de representação sigilosa que noticiou possível irregularidade relacionada ao processo seletivo para oficiais temporários do Comando da 7ª Região Militar do Exército, face a ausência de convocação de candidatos aprovados em certame anterior que ainda se encontrava vigente.

Determina, ainda, que seja comunicada a Egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF – Direitos Sociais e atos administrativos em geral, a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Requer, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

CLARISIER AZEVEDO CAVALCANTE DE MORAIS
Procuradora da República

PORTARIA Nº 34, DE 29 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento administrativo se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando a necessidade de realização de novas diligências;

Converte o Procedimento Preparatório autuado sob o n. 1.28.000.002159/2018-60, em Inquérito Civil Público de igual numeração, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n. 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO RESUMIDA DOS FATOS INVESTIGADOS:

Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir de representação de portador de leucemia mielóide crônica (CID 10 C92.1) apontando sua necessidade de fazer uso do medicamento NILOTINIB 400mg, medicamento esse fora da lista do SUS de medicamentos excepcionais.

Determina, ainda, que seja comunicada a Egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF – Direitos Sociais e atos administrativos em geral, a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Requer, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

CLARISIER AZEVEDO CAVALCANTE DE MORAIS
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 203, DE 23 DE AGOSTO DE 2019

INSTAURA INQUÉRITO CIVIL N. 1.29.000.000474/2018-15

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais referidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e;

CONSIDERANDO a representação anexa, que menciona problemas no serviço de distribuição domiciliar de correspondências no Município de Viamão/RS;

CONSIDERANDO que os princípios da transparência, do respeito a dignidade do consumidor e da proteção dos direitos econômicos, instituído pelo art. 4º, caput, do Código de Defesa do Consumidor, devem pautar as relações de consumo;

CONSIDERANDO o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (art. 4º, I, da Lei n. 8.078/90);

CONSIDERANDO que a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis é função institucional do Ministério Público (art. 127 da CF).

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, por determinação legal (arts. 81 e 82 do CDC);

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 87/2006 do CSMPF:

A Procuradora da República signatária resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para averiguar os possíveis problemas na entrega domiciliar de correspondências no Município de Viamão/RS.

Autue-se. Registre-se. Encaminhe-se a Portaria para publicação no Diário Oficial e no portal do MPF, conforme art. 16, § 1º, I, da Resolução 87/2006 do CSMPF.

SILVANA MOCELLIN
Procuradora da República

PORTARIA Nº 227, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

INSTAURA INQUÉRITO CIVIL N. 1.29.017.000174/2018-57

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais referidas pelo art. 129 da Constituição Federal, e;

Sul/RS;
CONSIDERANDO a representação anexa que relata problemas em condomínio residencial, situado no Município de Sapucaia do

CONSIDERANDO que os princípios da transparência, do respeito a dignidade do consumidor e da proteção dos direitos econômicos, instituído pelo art. 4º, caput, do Código de Defesa do Consumidor, devem pautar as relações de consumo;

CONSIDERANDO o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (art. 4º, I, da Lei n. 8.078/90);

CONSIDERANDO que a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis é função institucional do Ministério Público (art. 127 da CF).

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, por determinação legal (arts. 81 e 82 do CDC);

CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 87/2006 do CSMPF:

A Procuradora da República signatária resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar possíveis vícios construtivos no Residencial Moradas da Colina, vinculado à Faixa 01 do Programa Minha Casa Minha Vida, gerido pela Caixa Econômica Federal.

Autue-se. Registre-se. Encaminhe-se a Portaria para publicação no Diário Oficial e no portal do MPF, conforme art. 16, § 1º, I, da Resolução 87/2006 do CSMPF.

Aguarde-se o encaminhamento do Laudo Pericial de Engenharia requisitado.

SILVANA MOCELLIN
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 140, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Procedimento Preparatório nº 1.33.001.000529/2018-54. INQUÉRITO CIVIL -
CONVERSÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao consumidor, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO os termos do Procedimento Preparatório nº 1.33.001.000529/2018-54 e a necessidade de dar continuidade a sua instrução;

determino a CONVERSÃO do presente Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL com o objetivo de apurar possíveis irregularidades relativas ao serviço de transporte interestadual de passageiros realizado pela empresa Reunidas S/A Transportes Coletivos, em especial sobre as condições dos ônibus que realizam a linha Joinville/SC a Santa Rosa/RS, bem como sobre possível ocorrência de monopólio no trecho Blumenau/SC a Ijuí/RS.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil, com a seguinte ementa: 3ª CCR. CONSUMIDOR E ORDEM ECONÔMICA. REPRESENTAÇÃO. TRANSPORTE INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS. EMPRESA REUNIDAS S/A TRANSPORTES COLETIVOS. LINHA JOINVILLE/SC A SANTA ROSA/RS. MÁS CONDIÇÕES DOS ÔNIBUS. POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE MONOPÓLIO NO TRECHO BLUMENAU/SC A IJUÍ/RS;

b) a comunicação desta Portaria à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

CARLOS AUGUSTO DE AMORIM DUTRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 141, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

NF Nº 1.33.000.001897/2019-19. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO a existência do(a) NF nº 1.33.000.001897/2019-19 versando sobre possíveis irregularidades praticadas por servidora pública do IFSC no âmbito do Núcleo de Combate à Corrupção e Patrimônio Público da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO deste(a) Notícia de Fato em INQUÉRITO CIVIL tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil, com a seguinte ementa: 5ª CCR/MPF. IFSC. SERVIDOR AFASTADO DESEMPENHANDO ATIVIDADES LABORAIS PRIVADAS. POSSÍVEL IRREGULARIDADE. APURAÇÃO.

b) a comunicação, via Sistema Único, desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) a expedição de ofício na forma determinada no despacho simplificado n. PRSC 00038541/2019, de 26/08/2019.

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

ANDRE STEFANI BERTUOL
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 16, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL. Instaura procedimento administrativo com o objetivo de acompanhar a construção da sede da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal em Marília.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso VII, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público: “exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar”;

CONSIDERANDO que o art. 8º, incisos II e IV, da Resolução nº 174, de 04/07/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, estabelecem que: “procedimento administrativo é instrumento próprio da atividade-fim destinado a: (...) II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições (...) IV – embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil;

CONSIDERANDO que a Polícia Rodoviária Federal no Estado de São Paulo e o Ministério Público do Trabalho celebraram Acordo de Cooperação, no qual, entre outras cláusulas, previu a destinação de recursos financeiros para a primeira, originados, eventualmente, da atuação do segundo;

CONSIDERANDO que a Delegacia de Polícia Rodoviária Federal em Marília decidiu destinar tais recursos financeiros para a construção de sua sede e necessitou de abertura de conta corrente em instituição bancária para se processar a movimentação desses recursos;

CONSIDERANDO que a abertura da citada conta corrente teve como suporte o inquérito civil nº 1.34.007.000224/2014-02, que foi, posteriormente, substituído pelo procedimento administrativo nº 1.34.007.000230/2017-21, no qual foi mantido o objeto e a finalidade do substituído e que tramita há mais de dois anos;

CONSIDERANDO que a execução de referida obra sequer foi iniciada, não se vislumbrando a sua concretização no curto prazo, haja vista o ritmo em que as etapas estão sendo superadas;

CONSIDERANDO que o art. 11 da Resolução nº 174, de 04/07/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, determina que: “Art. 11. O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos.”;

RESOLVE, com base no art. 9º da Resolução nº 174, de 04 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, INSTAURAR, por meio da presente PORTARIA, PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, em substituição àquele de nº 1.34.007.000230/2017-21 juntando cópia integral, tendo por objetivo acompanhar a construção da sede da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal em Marília;

FICA DETERMINADO, ainda:

a) sejam providenciadas as anotações pertinentes no Sistema ÚNICO, juntando-se cópia integral do procedimento administrativo substituído de nº 1.34.007.000230/2017-21, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

b) expedição de ofícios para a Polícia Rodoviária Federal e CAIXA informando-os da medida adotada para a adoção das providências cabíveis nos seus instrumentos de controle e gerenciamento do objeto;

c) a comunicação, por meio do Sistema ÚNICO, 7ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins dos arts. 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração do procedimento administrativo e

d) a designação dos servidores Bruno Quiquinato Ribeiro e Maurício M. Narazaki, Analistas do MPU, André Luís T. S. de Castro e Patricia de Araújo Moreira, Técnicos do MPU, como Secretários, para fins de auxiliar na instrução do presente procedimento administrativo.

Publique-se também na forma do que preceitua o art. 4º, inciso VI e art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS
Procurador da República

PORTARIA Nº 31, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

O Procurador da República no Município de São Bernardo do Campo STEVEN SHUNITI ZWICKER, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos II e VI da Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar nº 75/1993, no artigo 8º, parágrafo 1º da Lei nº 7.347/1985 e no disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, e ainda;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme inteligência do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é prerrogativa do Ministério Público Federal a instauração de inquérito civil público para a apuração de fatos, nos termos da Resolução CNMP nº 23/2007 e da Resolução CSMPF nº 87/2006;

CONSIDERANDO a existência nesta Procuradoria da República do Procedimento Preparatório nº 1.34.011.000549/2018-79;

CONSIDERANDO que o mencionado procedimento preparatório surgiu a partir do desdobramento do Inquérito Civil nº 1.34.001.000308/2017-68, que investiga irregularidades na emissão de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) a produtores rurais beneficiários do Programa de Aquisições de Alimentos - PAA, os quais residem no município de Guareí e entregam produtos em Diadema, Mauá, Itaquaquecetuba e São Paulo;

CONSIDERANDO que o procedimento preparatório foi aberto para investigar especificamente a apuração de irregularidades em Mauá, em razão de a equipe de fiscalização ter tido dúvidas sobre a condição de produtor rural de uma das pessoas inscritas no programa;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de continuação das investigações;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com a seguinte ementa: "Possível emissão irregular de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP) a produtores rurais beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que residem em Guareí/SP e entregam produtos em Diadema e Mauá"

Adotem-se as seguintes providências:

I – Converta-se o Procedimento Preparatório nº 1.34.011.000549/2018-79 em Inquérito Civil Público;

II – Comunique-se a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal da instauração do presente inquérito civil, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a teor do preconizado pelo artigo 6º da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

III – Publique-se o teor da presente portaria no Diário Oficial da União e no portal do Ministério Público Federal, nos moldes do determinado pelo artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Para o eficaz andamento deste inquérito civil, nomeio a Sra. ADRIANA VIEIRA e o Sr. KLEBER EDUARDO MANTOVANI, servidores deste Ministério Público Federal, para o cumprimento das diligências que se fizerem necessárias.

STEVEN SHUNITI ZWICKER
Procuradoria da República

PORTARIA Nº 276, DE 29 DE AGOSTO DE 2019

Autos n.º 1.34.001.000620/2018-13 - G

O Ministério Público Federal, por este Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”;

CONSIDERANDO que o artigo 6.º, inciso VII, da Lei Complementar n.º 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às

comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos”;

CONSIDERANDO que o artigo 2.º, § 6º, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do procedimento preparatório, prevendo o § 7º a possibilidade de conversão em inquérito civil, caso não seja proposta ação civil pública ou promovido o seu arquivamento;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório n.º 1.34.001.000620/2018-13, tem por objetivo verificar eventual irregularidade na análise dos documentos para fins de concessão de aposentadoria realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

CONSIDERANDO que no presente caso, tendo decorrido prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, sem que estejam presentes elementos suficientes à propositura de ação civil pública ou à promoção de arquivamento, sendo necessárias maiores diligências investigativas;

RESOLVE, com base no artigo 6.º, inciso VII, alínea “d”, da Lei Complementar n.º 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4.º e 12, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL tendo por objetivo colher elementos e informações para verificar eventual irregularidade na análise dos documentos para fins de concessão de aposentadoria realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

FICA DETERMINADO, ainda:

a) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único nos autos registrado sob o n.º 1.34.001.000620/2018-13, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

b) a comunicação, pelo Sistema Único, à PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6.º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMFP n.º 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil, nos termos do Ofício-Circular n.º 11/2013/PFDC/MPF;

c) a designação da servidora Gracielle David Damásio, Assessora, para fins de auxiliar na instrução do presente IC;

d) reiterar ofício n.º 6920/2019, encaminhando-se a íntegra da representação, inclusive os anexos complementares;

e) Decorrido o prazo, com ou sem resposta, voltem os autos conclusos para deliberação.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4.º, inciso VI e artigo 7.º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

LISIANE BRAECHER

Procuradora da República

Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão

PORTARIA Nº 277, DE 29 DE AGOSTO DE 2019

Autos n.º 1.34.001.006945/2018-29 - G

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”;

CONSIDERANDO que o artigo 6.º, inciso VII, da Lei Complementar n.º 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos”;

CONSIDERANDO que o artigo 2.º, § 6º, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do procedimento preparatório, prevendo o § 7º a possibilidade de conversão em inquérito civil, caso não seja proposta ação civil pública ou promovido o seu arquivamento;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório n.º 1.34.001.006945/2018-29, tem por objetivo verificar eventual irregularidade no Projeto de Revisão ABNT NBR 15320, que trata da acessibilidade em veículos categoria M3, com características rodoviárias para transporte coletivo de passageiros.

CONSIDERANDO que no presente caso, tendo decorrido prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, sem que estejam presentes elementos suficientes à propositura de ação civil pública ou à promoção de arquivamento, sendo necessárias maiores diligências investigativas;

RESOLVE, com base no artigo 6.º, inciso VII, alínea “d”, da Lei Complementar n.º 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4.º e 12, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL tendo por objetivo colher elementos e informações para verificar eventual irregularidade no Projeto de Revisão ABNT NBR 15320, que trata da acessibilidade em veículos categoria M3, com características rodoviárias para transporte coletivo de passageiros.

FICA DETERMINADO, ainda:

a) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único nos autos registrado sob o n.º 1.34.001.006945/2018-29, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

b) a comunicação, pelo Sistema Único, à PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6.º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMFP n.º 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil, nos termos do Ofício-Circular n.º 11/2013/PFDC/MPF;

c) a designação da servidora Gracielle David Damásio, Assessora, para fins de auxiliar na instrução do presente IC;

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4.º, inciso VI e artigo 7.º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

LISIANE BRAECHER
Procuradora da República
Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão

RECOMENDAÇÃO Nº 7, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

NF - 1.34.024.000099/2019-56

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais, em especial as previstas no art. 127, caput, e no art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, bem como nos arts. 2º e 6º, inciso VII, alínea “d”, e inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO caber ao Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que a Lei nº 11.664/2008 assegura a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade por meio de serviços próprios, conveniados ou contratados do SUS, sem qualquer restrição;

CONSIDERANDO que, nos autos do Inquérito Civil nº 1.34.001.007738/2016-20, a Procuradoria da República no Estado de São Paulo investigou a oferta e acesso ao exame de mamografia no âmbito do SUS no Estado de São Paulo, concluindo-se que a maioria dos Municípios não atingiu a meta de cobertura no ano de 2018;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo estabeleceu a meta de realização de exames para, no mínimo, 70% (setenta por cento) da população feminina exclusiva do SUS na faixa etária de 50 a 69 anos, a qual deverá realizar a mamografia a cada dois anos, exceto em casos de grupos de risco, história anterior de câncer dentre outros critérios, estabelecida anteriormente pelo próprio Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que o Instituto Nacional de Câncer – INCA afirma que o rastreamento diminui a mortalidade em cerca de 30% (trinta por cento) nas mulheres entre 50 e 69 anos, conforme informações constantes do Boletim GAIS Informa (abril/2017 ano 9 nº 52 – anexo ao ofício inaugural);

CONSIDERANDO que o Município de Manduri/SP atingiu 49,4% (quarenta e nove e quatro décimos por cento) da cobertura de exames de mamografia na população-alvo exclusiva do SUS, no ano de 2018, ou seja, aquém da meta preconizada;

CONSIDERANDO que para atingir a meta em questão, no ano de 2018, o Município de Manduri/SP deveria ter realizado 302 (trezentos e dois) exames de mamografia na população-alvo;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo Município de Manduri/SP de que são disponibilizadas 02 exames de mamografia bilateral ao mês a pacientes com idade superior a 50 anos, 03 exames de mamografia de rastreamento a pacientes na faixa etária de 50 a 69 anos e que são agendadas 22 mamografias por mês para a população-alvo, por meio do bolsão do Sistema CROSS, totalizando 27 exames por mês na população-alvo, em média;

CONSIDERANDO que o referido município ainda informou que foram realizadas, até 23/08/2018, 158 mamografias de rastreamento na população-alvo e 38 mamografias extras em mulheres de 20 a 80 anos, por meio do Sistema CROSS, e que não há demanda reprimida;

CONSIDERANDO que, em que pese os esforços do Município de Manduri/SP, tendo em vista os números informados, provavelmente não será atingida a meta novamente;

Resolve, com fundamento no art. 6º, XX, da Lei Complementar 75/93, RECOMENDAR ao Município de Manduri/SP que adote as medidas necessárias para que ocorra divulgação à população-alvo sobre a importância de realização do exame de mamografia, no mínimo a cada dois anos, para a prevenção do câncer de mama e as formas de agendamento disponibilizadas.

Fica concedido o prazo de 20 (vinte) dias ao destinatário para informar o acatamento da presente Recomendação, e, caso acatada, 60 (sessenta) dias para implementar as providências aqui recomendadas, bem como apresentar documentos hábeis a comprovar as medidas efetivadas.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL adverte, ainda, que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências aqui indicadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de todas as medidas administrativas e ações judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra os que se mantiverem inertes, podendo, ainda, vir a ser responsabilizados por eventuais danos materiais e/ou morais suportados pela Administração Pública.

Por fim, faz-se impositivo constar que a presente recomendação não esgota a atuação do Ministério Público Federal sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou outras iniciativas com relação ao agente mencionado acima ou outros, bem como em relação aos entes públicos com responsabilidade e competência no objeto.

Publique-se no portal eletrônico do Ministério Público Federal, conforme art. 23 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia PFDC e encaminhe-se cópia ao Departamento Regional de Saúde de Bauru – CTAR-DRS-VI.

Ourinhos, SP, data da assinatura eletrônica

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Inquérito Civil n. 1.35.000.001897/2017-74

Cuida-se de inquérito civil instaurado para apurar a não entrega de diplomas pela Faculdade UNIRB (mantenedora da Faculdade Serigy) e Faculdade Brasileira de Tecnologia, a partir da manifestação 20170078220, de Elna Cristina Silva de Andrade e Rosângela Nunes Santos, relatando que concluíram o curso de pedagogia no final de 2014, na universidade investigada e que ambas deram entrada no diploma no dia 07.01.2015 e que até 04.10.2017 não haviam recebido ainda, além de ambas possuírem processos na Justiça Estadual sobre a matéria (f. 01-15).

Nova manifestação, da Sra. Ueslândia Silva de Souza, foi feita em 04.10.2017, expondo situação similar às supramencionadas (f. 17-24).

Em seguida, expediu-se ofício à UNIRB, solicitando informações sobre as irregularidades noticiadas (f. 26), além de nova denúncia ter sido recebida (f.30-31).

Em resposta ao Ofício n. 1261/2017-GSN/PR/SE, a UNIRB afirmou que os referidos diplomas dependem de registro perante a Universidade Federal de Sergipe, nos termos da Lei n. 9.394/1996, tendo sido os mesmos enviados para registro na UFS, não possuindo a universidade controle sobre tal ato (f. 40-49).

Na data de 16.05.2018, foi efetuado contato telefônico com a UNIRB, que informou não ter conseguido protocolar os diplomas para registro junto à UFS, pois a instituição se negou a registrá-los, o que teria ocorrido também com outras entidades de ensino, e que os diplomas tiveram que ser enviados para registro em outra universidade (f. 59).

Em 16.07.2018, a Manifestação 20180077879, de autoria em sigilo, foi juntada aos autos, trazendo novas denúncias sobre a não entrega de diplomas pela UNIRB (f. 63).

Neste ínterim, em 12.09.2018, foi realizada reunião nesta Procuradoria, com a presença da Sra. Patrícia, Superintendente da Faculdade UNIRB Aracaju e da Sra. Alcília, advogada. Inicialmente, as declarantes esclareceram que a UNIRB precisava de uma universidade para registrar os diplomas que emite; que havia contrato firmado com a UFS para esta finalidade, mas que foi revogado unilateralmente; que, no corrente ano, a UFRB passou a ser a instituição responsável pelos registros dos diplomas emitidos pela UNIRB; que a UFRB passou a não mais receber os diplomas e a não devolver os que já tinham sido entregues para registro; que, somente na segunda-feira passada, a UFRB recebeu novo pedido de registro apresentado pela UNIRB. Ainda declararam que, no momento, não dispõem do comprovante de entrega do aludido pedido e solicitaram um prazo à Procuradora para apresentá-lo. Esclareceram também que a UFRB não informa nenhum prazo para fazer os registros, além de informarem que os diplomas de Ueslândia Silva De Souza, Rosângela Nunes Santos, Elna Cristina Silva De Andrade e Vivian Carolina Dos Santos foram emitidos em 2015. Por fim, foi concedido prazo de 5 (cinco) dias para a UNIRB apresentar o protocolo do pedido de registro de diplomas (f. 74-86).

Após o decurso de prazo, a UNIRB se manifestou no sentido de informar que, conforme o prazo concedido em audiência, a parte acionada procedeu com os devidos trâmites para protocolo dos diplomas em questão junto a UFRB. Ressaltou-se que a IES já tomou todas medidas e providências cabíveis para o devido cumprimento, contudo apenas em 10.09.2018 foi possível dar entrada no protocolo de registro de diploma junto à instituição conveniada, no caso a UFRB. Assim sendo, conforme se verificaria no ofício encaminhado pela universidade referida, o prazo máximo para registro é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do recebimento da documentação completa. Além disso, ressaltou que a IES procedeu com as devidas confecções dos diplomas das noticiantes, estando estes pendentes apenas da validação por instituição de ensino autorizada (f. 101-104).

Em resposta ao Ofício n. 701/2018 GSN/PR/SE, o reitor da UFRB informou que os diplomas registrados pertencentes à UNIRB, estavam prontos e à disposição desde o dia 04 de setembro de 2018, quando a instituição foi devidamente comunicada, via e-mail, para proceder à retirada, que aconteceu no dia 10 de setembro de 2018. Naquela data, recebeu-se nova remessa de diplomas em nome de Ueslândia, Rosângela, Elna e Vivian. Nesta remessa, diante da grande demanda, não poderia ser estipulado prazo de entrega antes de sanar as demandas pendentes uma vez que obedeceriam a data de entrada dos documentos na unidade. Além disso, a instituição afirmou não proceder a informação de que não recebera mais diplomas, visto que recebeu todos diplomas enviados pela UNIRB. Por fim, esclareceu que acata solicitações de urgência nos registros de diplomas, desde que sejam devidamente justificadas, e que acredita estar claro que não houve atrasos na devolução de diplomas (f. 108-118).

Na data de 14.01.2019, foi certificado o comparecimento a esta Procuradoria da Sra. Rejane, afirmando que fez contato com a UFRB, questionando, na oportunidade, a respeito dos diplomas, quando foi informada que naquela universidade não existia nenhum diploma aguardando qualquer procedimento (f. 124-126); no dia 16.01.2019, a Sra.Rejane informou que não se opõe à retirada do sigilo de sua manifestação(fl. 127/138).

Foi oficiada à UNIRB, solicitando informações sobre o diploma de Rejane Valéria e outros. Em resposta, declarou a instituição que o referido diploma depende do registro perante a UFRB; que a IES já tomou todas as medidas e providências cabíveis para o devido cumprimento do mandamus judicial, conforme se verifica em documento anexado, deixando claro que houve o encaminhamento do mesmo; que o prazo máximo é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de recebimento da documentação completa, data esta que foi no dia 19.09.2018 e que a UNIRB não tem controle sobre o processo de registro realizado pela UFRB. Por fim, novamente asseverou a UNIRB existir a necessidade de oficiar a UFRB para maiores informações (f. 145-165).

Em resposta ao Ofício 108/2019, a UFRB informou que os diplomas em questão referem-se a um lote, cujos alunos são oriundos da Faculdade Brasileira de Tributação (FTB) e obtiveram seus diplomas de graduação através do Centro Universitário UNIRB. Além disso, declarou que solicitou à UNIRB informações sobre a situação normativo-jurídica da FTB, bem como o encaminhamento da portaria de credenciamento e vinculação da FBT junto à instituição UNIRB-SERIGY. A postergação dessas pendências pela UNIRB teria culminado na suspensão do registro de todos os diplomas para a instituição até que fossem sanadas. Em 16.03.2019, a documentação pendente foi remetida à UNIRB, possibilitando o registro dos certificados dentro da legalidade que rege a emissão de diplomas para instituições externas, de modo que em 22.03.2019, os procedimentos de registro foram finalizados e os diplomas correspondentes encontram-se disponíveis para retirada na universidade. Por fim, a UFRB afirmou que o prazo de 60 dias para registro passaria a ser imperativo a partir de 26.04.2019, motivo pelo qual a universidade vem buscando meios para adequar-se às determinações (f. 171).

Em 02.05.2019, foi oficiada a UNIRB acerca da entrega dos diplomas das Sras. Ivaneska Costa Oliveira, Edilene Maria de Souza e Carla Vanessa Nunes Pereira (f. 179). Em resposta a universidade informou que já foi devidamente entregue o diploma da Sra. Edilene Maria de Souza; o diploma da Sra. Carla Vanessa Nunes Pereira já estaria disponível para retirada, bastando apenas que ela compareça na secretaria da IES para retirar o referido documento. Por fim, informou que o diploma da Sra. Ivaneska Costa Oliveira ainda se encontra aguardando registro junto à UFRB (f. 180-182).

Em 20.05.2019, foi oficiada a UFRB acerca do registro do diploma da Sra. Ivaneska Costa Oliveira (f. 184). Em resposta, a universidade afirmou que o diploma encontra-se em processo de registro e que está dentro do prazo legal de entrega (f. 186).

Neste íterim, foi recebida a Manifestação 20190047760, da Sra. Rosângela Nunes Santos, afirmando que a universidade responsável pelo registro informou através de ofício que no caso de seu diploma não teria prioridade e que seria entregue em até 180 dias, e, em virtude disso, não havia recebido o diploma ainda (f. 185). Foi remetida esta manifestação para a UFRB para informações (f. 188). Em resposta, no dia 11.07.2019, a universidade informou que após os trâmites necessários e legais para a emissão, registro e assinatura, o diploma ficou pronto desde o dia 3 de junho de 2019, tendo sido retirado pela representante da UNIRB em 19 de junho de 2019 (f. 193).

Contactada, a Sra. Rejane afirmou que já recebeu o diploma almejado (f. 202). E, por e-mail, a Sra. Rosângela afirmou que já recebera também o seu diploma(f. 203).

Assim, considerando que os diplomas já foram recebidos pelas reclamantes, não havendo outras medidas a adotar, promovo o arquivamento deste inquérito civil.

Dê-se ciência aos interessados e providencie-se a publicação da presente promoção de arquivamento no portal do Ministério Público Federal, conforme determinado no art. 16, §1º, I, da Resolução CSMFP n. 87/2006.

Em seguida, remetam-se os autos à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para o necessário exame desta promoção, na forma do art. 17, §2º, da Resolução CSMFP n. 87/2006.

GICELMA SANTOS DO NASCIMENTO
Procuradora Regional da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 66, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;
- c) CONSIDERANDO a necessidade de realizar diligências finais para a instrução do Procedimento Preparatório nº1.36.000.000079/2018-06;
- d) CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- e) CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e tendo em vista o esgotamento do prazo de tramitação do Procedimento Preparatório;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil, tendo por objeto "Apurar suposta acumulação ilegal de cargos, no ano de 2015, por Heryka Kattylene Alves".

ORDENA, ainda, que seja comunicada à 5ª Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

DETERMINA, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático assim como a adoção da seguintes providência:

I - oficie-se ao CREA, solicitando que informe: I) o horário que Heryka Kattylene Alves se apresenta para trabalhar naquela autarquia nos meses de fevereiro a maio de 2015; II) se Heryka cumpria regularmente sua carga horária. Na oportunidade, o CREA deverá encaminhar a este Parquet: i) cópia da frequência ou registro de ponto eletrônico(caso exista) e ii) cópia da declaração de não acumulação de cargos públicos assinada por Heryka Kattylene Alves.

JOSÉ RICARDO TEIXEIRA ALVES
Procurador da República

EXPEDIENTE

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA GERAL SECRETARIA JURÍDICA E DE DOCUMENTAÇÃO

Diário do Ministério Público Federal - Eletrônico Nº 165/2019
Divulgação: quinta-feira, 29 de agosto de 2019 - Publicação: sexta-feira, 30 de agosto de 2019

SAF/SUL QUADRA 04 LOTE 03
CEP: 70050-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3105.5913
E-mail: pgr-publica@ mpf.mp.br

Responsáveis:

Fernanda Rosa de Vasconcelos Oliveira
Subsecretária de Gestão Documental

Renata Barros Cassas
Chefe da Divisão de Editoração e Publicação